



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA

LAURI BENDER

COOPERATIVAS DE CRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR:

A Geografia da CRESOL CENTRAL SC/RS

CHAPECÓ

2018

LAURI BENDER

COOPERATIVAS DE CRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR:
A Geografia da CRESOL CENTRAL SC/RS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia como requisito parcial de obtenção de título de Licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Chapecó, para Aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof^o. Dr. Ricardo Alberto Scherma

Chapecó, Dezembro de 2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bender, Lauri

COOPERATIVAS DE CRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR:: A
Geografia da CRESOL CENTRAL SC/RS / Lauri Bender. --
2018.

73 f.:il.

Orientador: Doutor em Geografia Ricardo Alberto
Scherma.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia-Licenciatura, Chapecó, SC , 2018.

1. Crédito Rural Brasileiro. 2. Modernização da
Agricultura, Políticas Públicas e Pronaf. 3.
Constituição e Atuação da CRESOL CENTRAL SC/RS. I.
Scherma, Ricardo Alberto, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LAURI BENDER

COOPERATIVAS DE CRÉDITO E AGRICULTURA FAMILIAR:
A Geografia da CRESOL CENTRAL SC/RS

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau
de Licenciado em Geografia da Universidade
Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó - SC.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Ricardo Alberto Scherma - UFFS
Orientador

Profº Dr. Marlon Brandt - UFFS
Membro Titular

Profº Dr. Andrey Luis Binda – UFFS
Membro Titular

Aos meus filhos Felipe e Eduardo, a minha esposa Marcilei, pelo apoio incondicional, afeto e incentivo que serviram de motivação para continuidade. Pela compreensão das ausências por este projeto pessoal concluído.

AGRADECIMENTOS

Pela vida, aos meus pais que ensinaram vivê-la com dignidade, força e coragem para enfrentamento das dificuldades.

Pelas orientações do professor Dr. Ricardo Alberto Scherma, incentivo e comprometimento, disponibilidade de material e dedicação que muito contribuíram para conclusão deste trabalho.

Aos colegas do curso de Geografia pelo companheirismo, motivação e pelas valiosas contribuições para esta formação. Em especial aqueles que podemos chamar de amigos que conhecemos a partir desta graduação, que deixaram esta caminhada suave e agradável.

Aos amigos e familiares que compreenderam as ausências e valorizaram esta jornada.

Agradeço à Instituição UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS CHAPECÓ, em especial a todos os professores que contribuíram na construção deste percurso.

À instituição CRESOL/CENTRAL SC/RS, em especial ao Diretor e coordenador de Departamento de Fomento e Negócios.

Em geral, a todos que acreditaram e contribuíram neste processo, que impulsionaram palavras de conhecimento para este processo de formação, conseguindo através deste viés descobrir caminhos para alternativas outras.

RESUMO

A agricultura familiar é responsável por grande parte do abastecimento de alimentos à população brasileira, mas recebe pouco investimento comparando o total de estabelecimentos. A pesquisa analisa como as Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL) fazem a interligação ao acesso de financiamentos agrícolas, além de ser um agente de desenvolvimento inserido e enraizado nas comunidades onde atua para a continuidade da pequena agricultura. A linha de pesquisa que orienta o trabalho é de modernização, sistemas produtivos, políticas públicas e desenvolvimento local. E para a compreensão estudamos a evolução do crédito rural desde sua gênese nos anos 60 à atualidade, identificando neste processo a escassez, a ampliação até a contemplação da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), uma das principais políticas públicas deste segmento. Foram realizadas revisões de literaturas sobre cooperativas de crédito, as transformações do campo, de políticas públicas e *sites* para compreender este sistema produtivo e o acesso aos recursos liberados pelos “planos safras” de todos os anos. Por outro lado, a natureza do trabalho é analítica, mas também com alguns fatos empíricos das experiências que fazem parte deste meio técnico – científico – informacional que passamos. Procuramos demonstrar como se dá a financeirização e qual a origem dos recursos, conceituando a modernidade no campo: “ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo”, reproduzindo e assim alimentando o processo já implantado. Percebemos uma concentração de unidades da CRESOL nas microrregiões agrícolas ligados à integração e parcerias do agronegócio. Grande parte do PRONAF disponibilizado na área de abrangência da CRESOL é por ela operacionalizado, formando a sustentação para continuidade no campo. Vamos entender qual a necessidade e a aplicação de financiamento da pequena agricultura, trazendo quais as exigências e mecanismos para a liberação do crédito rural em uma entidade que se identifica pela proximidade, atividade e sua gênese. Percebendo este diferencial, podemos associar a capilaridade do sistema CRESOL e compreender a constituição e atuação da Cooperativa enquanto agente do território no processo de continuidade da agricultura familiar, promovendo a inclusão social e o crédito rural orientado cooperando com os agricultores, estabelecendo condições de permanência no campo.

Palavras-chave: Crédito Rural. PRONAF. Sistema Produtivo. Políticas Públicas. Continuidade.

ABSTRACT

The family farming is responsible for a large part of the food supply to the Brazilian population; however it receives little investment comparing the total number of establishments. The research analyzes how the Cooperatives of Rural Credit with Solidarity Integration (CRESOL) make the interconnection to the access of agricultural financing, besides being a development agent inserted and rooted in the communities where it acts for the continuity of the small agriculture. The research line that guides this work is of modernization, productive systems, public policies and local development. And for the sake of understanding, we study the evolution of rural credit from its genesis in the 1960s to the present, identifying in this process the scarcity, the expansion to the contemplation of family agriculture by the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF), one of the main public policies of this segment. Revisions of literature on credit cooperatives, field transformations, public policies and websites to understand this productive system and access to the resources released by the "crop plans" of each year were carried out. On the other hand, the nature of the work is analytical, but also with some empirical facts of the experiences that are part of this technical - scientific - informational environment. We try to demonstrate how financialization takes place and what the origin of resources is, conceptualizing modernity in the field: "being modern is being within this productive system", reproducing and thus feeding the process already implemented. We have noticed a concentration of CRESOL units in the agricultural micro regions linked to agribusiness integration and partnerships. A large part of the PRONAF available in the area of coverage of CRESOL is operated by it, forming the support for continuity in the field. We will understand the need and the application of financing of small farming, bringing the requirements and mechanisms for the liberation of rural credit in an entity that is identified by proximity, activity and its genesis. By realizing this differential, we can associate the capillarity of the CRESOL system and understand the constitution and performance of the Cooperative as an agent of the territory in the process of continuity of family agriculture, promoting social inclusion and oriented rural credit cooperating with farmers, establishing conditions of permanence in the field.

Keywords: Rural Credit. PRONAF. Productive System. Public policy. Continuity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre crédito rural e produção de grãos no período 1970 a 2000.....	22
Figura 2 – Crédito Rural, por fonte de recursos – 1985/2000	25
Figura 3 - Evolução do crédito agrícola e da produção de grãos – 2010 a 2015	26
Figura 4 - Organograma Cresol Central SC/RS	54
Figura 5 - Foto lançamento do Plano Safra 2018/19 na Cresol Central SC/RS	60

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Total de Financiamentos Concedidos por Região - Custeio, Comercialização e Investimento Agrícola e Pecuário - Ano Civil 29
- Gráfico 2 - Área plantada e a produção de grãos no Brasil 33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participação das Instituições no Crédito Rural	23
Quadro 2 – Participação das fontes de recursos no total da aplicação do crédito rural	27
Quadro 3 – Programas com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Programas com recursos provenientes de fundos	35
Quadro 4 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006	41
Quadro 5 - Formação das Cooperativas: Singulares, Centrais e Federações e Confederações	47
Quadro 6 - Comparativo das Cooperativas de Crédito	50
Quadro 7 - Municípios com atuação da Cresol Central SC/RS no Nordeste	58
Quadro 8 - Evolução de Associados, Depósitos e Ativos	59
Quadro 9 - Valores liberados no custeio pela Cresol Central na safra 2017/2018	61
Quadro 10 - Valores liberados de investimento pela Cresol Central na safra 2017/2018	62
Quadro 11 - Comparativo com taxas de juros e limites por enquadramento e plano safra	63

LISTA DE MAPAS

Mapa1 - Abrangência da Cresol Central SC/RS e população rural de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul 56

LISTA DE SIGLAS

ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar

BACEN - Banco Central

BCB - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMN - Conselho Monetário Nacional

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

CRESOL - Cooperativas de Crédito Rural com Integração solidária

DAP - Declarações de Aptidão ao Pronaf

DNTR-CUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAE - Fundo Extra Mercado

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO - Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste

FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

FNE - Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste

FNO - Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte

GPS - (Global Positioning System) - instrumento de navegação por satélite

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INOVAGRO - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária

MODERAGRO - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais

MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAs - Postos de Atendimento

PCA – Programa para Construção e Ampliação de Armazéns - Armazém até 6 mil t

PR - Paraná

PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária

PROGRAMA ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PROSOLO - Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

RS - Rio grande do Sul

SC - Santa Catarina

SCR - Sistema de Informações de crédito

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SPD - Sistema de Plantio Direto

SSD - Sistema de Semeadura Direto

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UTE - Unidade Técnica Estadual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 O CRÉDITO RURAL DO BRASIL.....	17
1.2 O CRÉDITO RURAL PÓS ANOS 90 ATÉ A ATUALIDADE.....	20
1.3 MODALIDADES DOS FINANCIAMENTOS RURAIS.....	28
2- MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRONAF....	31
2.1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	31
2.2 - A AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA PRONAF	37
2.2.1 Perfil da agricultura familiar no Brasil.....	40
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
2.3.1 - História do PRONAF.....	43
2.3.2 - Como acessar o crédito pela agricultura familiar via PRONAF.....	44
3- COOPERARIVAS DE CRÉDITO E A CONSTITUIÇÃO SISTEMA CRESOL E ATUAÇÃO DA CRESOL/CENTRAL SC/RS.....	46
3.1 COOPERATIVA DE CRÉDITO.....	46
3.1.1 - Organização do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.....	46
3.1.2 – Fortalecimento das Cooperativas e Constituição de 1988.....	48
3.1.3 Diferenças de cooperativas de Crédito - CRESOL, SICOOB e SICREDI.....	49
3.2 - A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA CRESOL.....	51
3.3 - A CONSTITUIÇÃO DA CRESOL CENTRAL SC/RS.....	53
3.3.1 - Estrutura e abrangência da Cresol Central SC/RS.....	54
3.3.2 – Crédito para Agricultura Familiar e o Plano Safra.....	59
3.3.3 Limites por Enquadramento do Plano Safra 2018/19.....	62
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXO I - BENEFICIÁRIOS DO PRONAF.....	71
ANEXO II - LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF.....	72

1. INTRODUÇÃO

Há muito tempo este trabalho sobre crédito e campo estava represado, pois a rotina de componentes da graduação, família e o trabalho ocuparam este período. Desde o princípio da graduação de Geografia se pretende pesquisar a respeito desta temática. A origem camponesa e o atual trabalho na área financeira é o que contextualiza e condiciona a conjuntura para realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Para assimilar a atuação das cooperativas de crédito na agricultura familiar, percorremos a evolução do crédito rural, tema relevante na Geografia da nossa região. A importância da pequena agricultura e as políticas públicas em conjunto com o desempenho das Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL)¹, atua no financiamento agrícola como premissa de continuidade e modernização deste segmento.

A CRESOL, constituída em 1995, a partir da intensificação e força dos movimentos sociais rurais vinculados à agricultura familiar, juntamente na luta por políticas públicas, teve seu marco inicial formal em 10 de janeiro de 1996, no Sudoeste paranaense e que posteriormente apresenta esta capilaridade nacional. É uma cooperativa e ao mesmo tempo uma associação de pessoas, reunindo funções sociais e econômicas numa mesma organização.

Para Magri, (2018, p. 13), “a vocação de atuar em prol da agricultura familiar, sempre articulado com outras forças vivas da sociedade, fazem com que o Sistema cresça de forma significativa e comece a alcançar vãos mais distantes fora do Estado do Paraná”.

Por isso, cabe uma investigação de como acontece o acesso ao crédito rural, quais as exigências e mecanismos para a liberação de recursos, e qual a contribuição destes financiamentos para continuidade no campo. Também vamos abordar quais as taxas praticadas para os financiamentos, como as políticas públicas, disponibilizadas pelo governo, que são operacionalizadas pela CRESOL e se isto é considerável para a agricultura familiar.

Para atender aos propósitos, no primeiro capítulo vamos estudar o Crédito Rural no Brasil e expor uma breve história da evolução e disponibilidade de recursos e das operações que fazem com que a agricultura permaneça ativa, analisando alguns fatores envolvidos para a continuidade e o funcionamento desta atividade.

Em seguida, no segundo capítulo vamos entender a Modernização da Agricultura: Políticas Públicas do Brasil – PRONAF. A agricultura tem passado por profundas

¹ As Cooperativas de Crédito Rural com Integração solidária – CRESOL, mencionada, a partir desta página, quando se lê, queremos referenciar somente a CRESOL CENTRAL SC/RS, objeto deste estudo. Mesmo que todas as Cooperativas de Crédito Rural com Integração solidária se constituíram por meio de movimentos sociais, sindicatos, entre outros.

transformações de ordem econômica, cultural, social, tecnológica, ambiental e mercadológica que impactam o mundo rural, com vinculações e formas de dependência necessárias para manutenção da subordinação continuada. A modernização da agricultura e a necessidade de políticas públicas, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, são fundamentais nas regiões de predominância da agricultura familiar, e a CRESOL, enquanto agente do território, em conjunto do capital humano do saber fazer, é um grande diferencial na sua área de abrangência.

No terceiro capítulo, vamos compreender as Cooperativas de Crédito e a Constituição do Sistema Cresol, a atuação da CRESOL/CENTRAL SC/RS como agente de intermediação e ligação, não direta, mas como uma alternativa de continuidade. Vamos conhecer a estrutura, organização e área de atuação da CRESOL, que mesmo alimentando a estrutura atual, vem atuando no crédito para a pequena agricultura em toda sua área de abrangência. Vamos conhecer como são distribuídos e aplicados os recursos do Plano Safra para a agricultura familiar, financiando o custeio e infraestruturas para sua permanência no campo.

Buscamos, por meio de pesquisa bibliográfica, literaturas de diferentes autores e conhecimentos empíricos para entender as teorias sobre o assunto principal, surgindo inúmeras leituras sobre os conteúdos, que nos fazem refletir sob a óptica da Geografia e História da questão agrária, a modernização, sistemas produtivos, políticas públicas e Desenvolvimento local.

As bibliografias utilizadas podem ser acessadas na biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Também pesquisamos artigos relacionados e *sites* como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da CRESOL CENTRAL SC/RS, do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, Sistema de Informações de crédito – SCR, Banco Central do Brasil – BACEN, entre outros.

Para chegar às definições, a pesquisa documental em arquivos das cooperativas, relatórios e periódicos das Cooperativas de Crédito Rural, com Integração solidária, foram imprescindíveis, sendo que as informações nos *sites* serviram de complemento para aproximar-se ao proposto desta pesquisa.

1.1 O CRÉDITO RURAL DO BRASIL

A gênese do crédito rural no Brasil, segundo Spolador²(2001), teve sua partida formal em 1931, através do Banco do Brasil, com a criação do Departamento do café, que passou a financiar compras do produto, principalmente no sudeste brasileiro. Com isso, as pressões para outros setores da agricultura, que não estavam sendo beneficiados, aumentaram a crise dos anos 30 e o governo cedeu às reivindicações, originando assim a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil – CREAL, que se tornou o primeiro grande mecanismo de crédito agrícola brasileiro. A partir de 1965, através da Lei 4.289, a política de crédito da agricultura se consolidou com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (SNCR, 2018).

Antes de 1964, quem conferia a competência de regulamentar as normas de crédito rural era a Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC. Esta foi extinta e substituída pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB), mediante Lei 4565 de 31 de dezembro de 1964, nomeada de Lei da Reforma Bancária, em que parte dos saldos de depósitos à vista deveriam ser disponibilizados para empréstimos agrícolas.

Com isso o CMN passa a disciplinar e limitar esta carteira. Já o Banco Central do Brasil passa a sistematizar e elaborar planos, determinar meios, incentivar, estimular e dar cumprimento às normas do crédito rural (AGUIAR, 1977).

O Estado brasileiro, em 1965, com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que objetivou o fortalecimento das atividades produtivas do meio rural, via financiamento, em estimular a formação de capital, acelerar a adoção de novas tecnologias e fortalecer a posição econômica dos produtores. Mas este programa não atendia a todos, estava desenvolvido, em especial, para atender os grandes produtores rurais vinculados ao agronegócio, a fim de dar condições para agricultura brasileira se tornar um setor de destaque mundial, em termos de produção, ou seja, esse sistema de crédito assume um viés produtivista de financiamento agrícola. A partir da regulamentação por seus órgãos constituídos, em 1966 entra em vigor o decreto 58.380, *no artigo 3º*, descrevem os objetivos específicos do crédito rural, conforme observa-se abaixo:

2 SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura.** (Dissertação de Mestrado USP – Economia aplicada), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em seu imóvel rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

Para Gimenes (2008), a Lei 4.829 (Lei do crédito rural), criada em 1965, estabelece que 10% dos depósitos à vista dos bancos deveriam ser disponibilizados para empréstimos agrícolas. Neste mesmo ano surge a resolução 260, que altera de 10% para 15%, e as taxas de juros seriam limitadas a 75% da taxa cobrada em empréstimos comerciais. Com a resolução em vigor, obteve-se aumento dos recursos para financiar o crédito rural e maior interesse das instituições financeiras em conceder crédito.

Nos anos de 1970, os recursos destinados para agricultura nacional tiveram crescimento expressivo, pois as condições econômicas vivenciadas naquele período favoreceram sua ampliação, porém a agricultura familiar ficou às margens dessa política pública de financiamento rural.

Com a implantação do Sistema Nacional de Crédito, observaram-se, entre os anos de 1965 e 1975, aumentos de produção e modernização do setor, além de concentração de crédito em poucos e grandes produtores (SPOLADOR, 2001). A legislação obrigava que 10% dos depósitos bancários comerciais deveriam ser designados a empréstimos agrícolas, e em 1973, passou a 15% em bancos comerciais.

Claro que neste cenário o Banco do Brasil era responsável por 90% do crédito rural concedido, favorecendo a busca de crédito também pelo pequeno produtor rural (GIMENES *et. al* 2008). Assim, elevando a distribuição entre os tomadores de crédito entre os pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Já nos anos de 1980, a situação econômica do país piorou, reduzindo a aplicação de recursos para o financiamento agrícola e a ausência do Estado e bancos interessados em

atender a demanda dos agricultores familiares. Inicia-se um processo de reorganização e fortalecimento de cooperativas de crédito rural no sul do Brasil, em especial.

Para conter o processo inflacionário o governo, nos primeiros anos da década de 80, determinou como objetivo da política monetária a redução da oferta dos meios de pagamento. O corte no crédito rural seria tão mais eficiente na contenção do crescimento da oferta monetária quanto maior fosse a participação no total das aplicações das autoridades monetárias (SPOLADOR, 2001, p. 7).

Neste período, a economia brasileira passou a sofrer pressão inflacionária e desequilibrou a balança de pagamentos. Com isso, a política agrícola se ajustou com a nova situação e o governo se tornou incapaz de disponibilizar os mesmos recursos ao crédito rural.

Para Gimenes (2008), a diminuição do montante destinado ao crédito rural pelo aumento da inflação, na contramão da busca por empréstimo agrícola aumentada pelas condições favoráveis dos mercados consumidores, tanto interno quanto externo (GIMENES et. al 2008). Para tanto, é importante ressaltar o que enfatiza SPOLADOR (2001) acerca disso:

Face à necessidade de novas alternativas de financiamento do governo, agora como agente regulador e estimulador, passaram a apoiar a criação de novas fontes de recursos (Cédula do Produto Rural - CPR, por exemplo), abandonando a forma de atuação do período anterior, ou seja, a função principal de gerador de recursos para o crédito rural. Em 1988, com o objetivo de incentivar novas fontes não inflacionárias de financiamento, a constituição daquele ano criou os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FNECO) que seriam gerados através da alíquota de 3% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR. O BNDES, em 1991, a fim de aumentar a oferta de crédito rural formal, aumentou de forma significativa sua carteira de aplicações agropecuárias através do FINAME – Rural, do POC (Programa de Operações Conjuntas) e de programas de operações diretas do banco (SPOLADOR, 2001, p. 12).

Estes fundos criados disponibilizaram uma nova forma de crédito para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, canalizando recursos federais para aplicações em agricultura, principalmente em máquinas e implementos financiados a longo prazo, na linha do FINAME. Neste período que muitos produtores, mesmo os que dominavam a técnica, se aventuraram no Centro-Oeste e Minas Gerais. Alguns obtiveram êxito, enquanto outros faliram e recomeçaram novamente no Sul ou mesmo serviram de mão de obra do saber fazer naquele local.

1.2 O CRÉDITO RURAL PÓS ANOS 90 ATÉ A ATUALIDADE

Com o passar dos anos a situação dos financiamentos brasileiros públicos para a agricultura em geral foi diminuindo. Nos anos 90 a economia nacional foi marcada pela sua inserção no mercado internacional, com a redução das tarifas de importação e a desvalorização da moeda no governo Collor e a drástica valorização do câmbio até 1999.

A redução dos recursos financeiros ofertados pelo Governo Federal aos produtores rurais e às suas cooperativas para o custeio, investimento e comercialização de seus produtos, é uma evidência do esgotamento das fontes tradicionais de financiamento do agronegócio nacional.

Na realidade, esta redução é fruto de transformações pelas quais passou a economia brasileira em função do seu elevado déficit fiscal, que reduziu a capacidade de investimento do setor público, forçando o governo a financiar-se no setor privado, e desta forma, redirecionando a poupança privada para a aquisição dos títulos públicos, em detrimento do financiamento das atividades produtivas (GIMENES³, 2008, p.6).

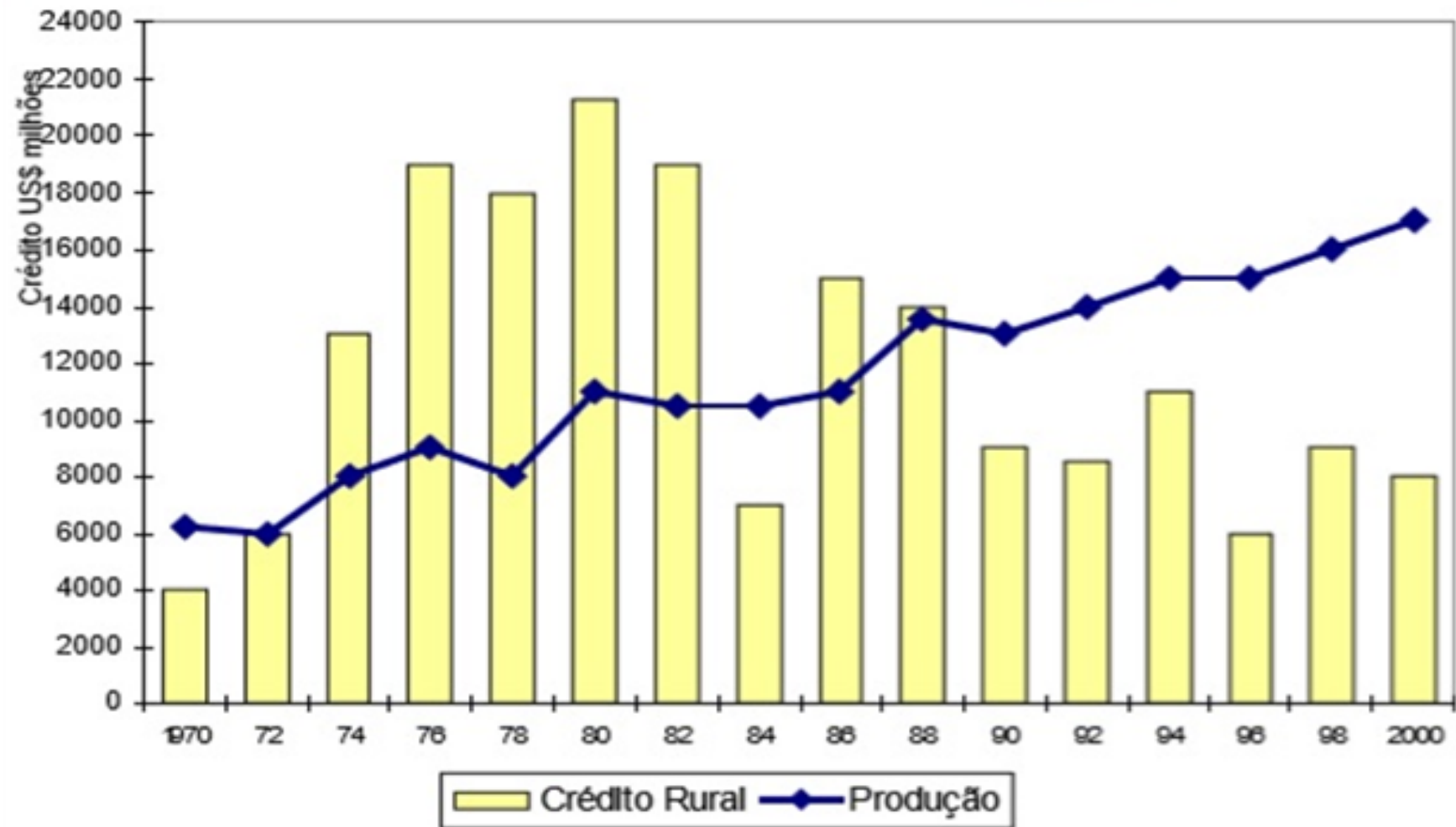
Neste contexto, segundo Gimenes, para conter o processo inflacionário, o governo nos primeiros anos da década de 80 determinou como objetivo da política monetária a redução da oferta dos meios de pagamento. O corte no crédito rural seria tão mais eficiente na contenção do crescimento da oferta monetária quanto maior fosse a participação no total das aplicações das autoridades monetárias. Contudo, muitos créditos foram destinados de forma seletiva, privilegiando poucos produtores em grandes contratos, preferindo aqueles que possuíam garantias reais, mas não descumprindo as normativas estabelecidas.

Observando na Figura 1, verificamos que apesar da redução dos recursos destinados ao financiamento formal da agricultura brasileira, a produção de grãos apresentou um crescimento significativo. Com a redução dos recursos ofertados pelo SNCR, o mesmo se apoia em fontes de financiamento que não são capazes de suprir a demanda por recursos. Na realidade, essa redução é fruto de transformações pelas quais passou o sistema financeiro do país durante o período de inflação elevada. Neste sentido, percebe-se que mesmo a produção agrícola brasileira em alta, os financiamentos do Estado para agricultura estavam em queda a partir de 1990 até os anos 2000, se compararmos o crédito e a produção.

3 GIMENES. Régio. Marcio. Toesca; GIMENES. Fátima. Pegorini; GOZER. Isabel. Cristina. **Evolução do Crédito Rural no Brasil e o Papel das Cooperativas Agropecuárias no Financiamento dos Produtores Rurais**. UNIPAR. UMUARAMA – PR. 2008. Pós-Doutor em Finanças Corporativas pela FEA/USP.

Segundo Gimenes (2008), para suprir a demanda por crédito rural, as cooperativas agropecuárias passaram a atuar como bancos, fornecendo recursos para os produtores rurais que não conseguiam captá-los no mercado financeiro. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para realizar estes empréstimos aos produtores, elas o faziam recorrendo às instituições financeiras, e portanto, acabavam assumindo o risco do crédito.

Figura 1 – Relação entre crédito rural (em milhões de dólares) e produção de grãos (em milhões de toneladas) no período 1970 a 2000



Fonte: GIMENES, 2008, p. 7.

Para Mazzali (2000), foi o estado enquanto financiador e articulador dos diferentes interesses que garantia e gerenciava um padrão no direcionamento das relações entre agentes, conferindo, dessa forma, “um estilo” ao processo de modernização. E com isso, a entrada de empresas de agronegócios, com tecnologias e maquinários, investindo recursos, gerando grande produção de monoculturas com introdução de produtos transgênicos.

Apesar dos bancos públicos federais ainda manterem uma participação significativa no crédito rural, nos últimos anos esta participação vem reduzido, representando cerca de 50% do total aplicado nos anos de 2000 e 2001, conforme mostra os dados do Quadro 1.

Quadro 1 – Participação das Instituições no Crédito Rural

Tipos de instituições	ANO								
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1999	2000	2001
Bancos Oficiais Federais	64,8	63,5	71,8	68,3	65,1	73,2	61,9	50,1	50,5
Bancos Oficiais Estaduais	-	10,5	6,8	6,9	9,2	6,0	2,3	2,3	2,3
Bancos Privados	34,2	24,5	20,1	22,8	21,2	17,0	31,0	42,5	41,9
Caixas Econômicas	0,4	0,6	0,7	0,9	0,6	-	-	-	-
Cooper. de Crédito Rural	0,7	0,9	0,6	1,0	4,0	3,8	4,9	5,2	5,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Bacen - apud GASQUES & CONCEIÇÃO (2001: 104) até 1995

Bacen - Anuário Estatístico do Crédito Rural de 1999, 2000 e 2001: Custeio + Investimento + Comercialização.

A participação dos bancos privados por meio dos recursos obrigatórios e dos repasses do BNDES, para investimento, foram os que mais cresceram nos últimos anos, subindo de 17% em 1995 para 41,9% em 2001. A participação das cooperativas de crédito também aumentou, passando de 1% em 1985 para 3,8% em 1995 e 5,2% em 2001. A participação das cooperativas pode ser maior do que a apresentada pelo Bacen, pois muitas atuam como prestadoras de serviços para o Banco do Brasil e suas operações são registradas por este banco.

Para Mazzali (2000), a mudança da base tecnológica da agricultura assentou-se em um conjunto de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, que tinham por referência os princípios técnicos da chamada “Revolução Verde”, que “combina inovações físico-químicas e biológicas com criação de variedades vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação (...)” (MAZZALI, 2000; apud Delgado, 1985, p. 96).

Em essência, tratava-se, no momento, de tornar a agricultura menos dependente da dotação de recursos naturais, atrelando as suas condições de reprodução à incorporação de insumos e bens de capital gerados em um setor específico da indústria, implicando o estabelecimento de ligações estreitas, concomitantemente à

edificação e reorganização das relações com a indústria processadora de produtos agrícolas (MAZZALI, 2000, p. 20).

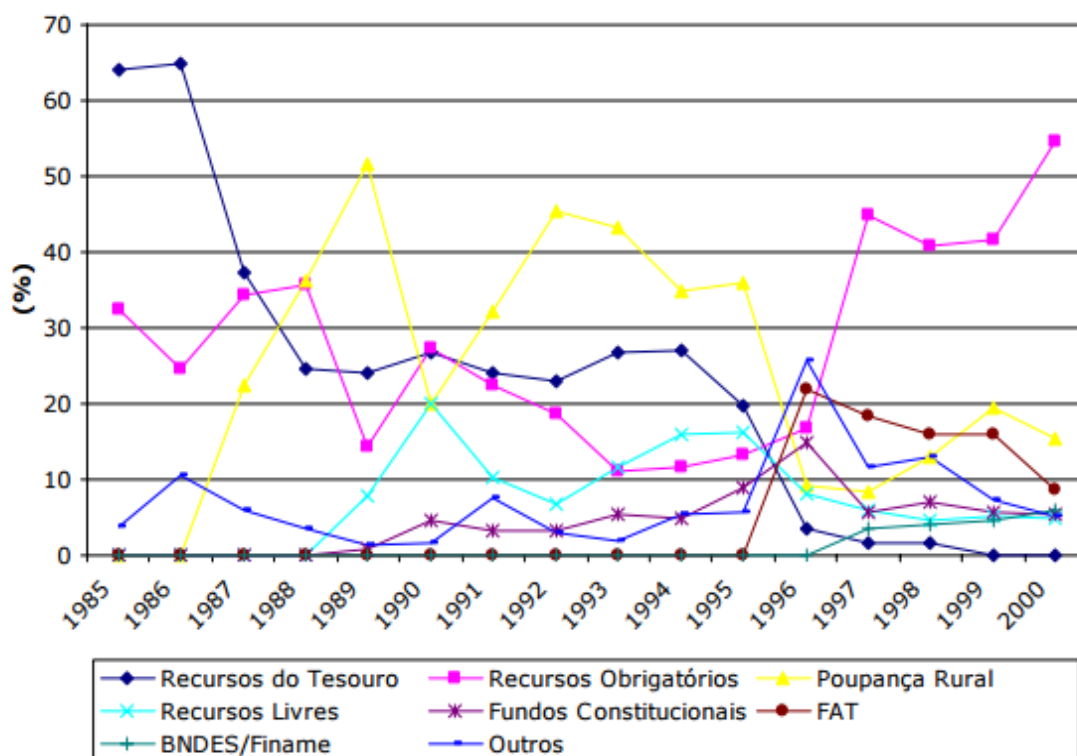
De acordo com Alves (2003), “depois de muitos anos convivendo com taxas de juros pós-fixadas, o crédito agrícola para custeio foi agraciado na safra 1995/96, com uma taxa de juros nominal de 16% ao ano. Na safra 1996/97, a taxa de juros caiu para 12% ao ano, atingindo 8,75% ao ano na safra 1998/99”.

Segundo Alves (2003), para créditos de investimentos, a partir de 1996, a taxa de juros do “Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais” - FINAME Agrícola Especial foi fixada em 16% ao ano, ficando em 11,95% anual a partir de 1998. Em 1996, “o agronegócio brasileiro foi beneficiado com a promulgação da chamada Lei Kandir, que desonerou do ICMS os produtos primários e semi-elaborados, aumentando, assim, sua competitividade no mercado internacional”. A partir da safra 1998/99, o governo instituiu algumas linhas de crédito especiais para investimento com taxas de juros pré-fixadas, tais como o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) e o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO). E quando se pensa nesta modernização, a região Sul é uma das primeiras a ser contemplada, justamente por estar bem consolidada. Posteriormente outras regiões também são atendidas.

Quando os bancos optam por aplicar suas exigibilidades em crédito rural eles dão preferência a operações de maior valor (menor custo operacional) e com agricultores que apresentem mais garantias reais, além de normalmente exigirem outras reciprocidades como a realização de seguros, compra de títulos de capitalização e aplicações financeiras, mesmo que proibidas pelo Manual de Crédito Rural.

A outra característica marcante do SNCR, no período posterior à introdução do Plano Real, é a grande alteração nas fontes de recursos do sistema com a redução dos aportes do Tesouro a valores desprezíveis e o aumento da importância dos recursos oriundos dos depósitos à vista no financiamento da agricultura nacional (recursos obrigatórios). Percebe-se, também, o crescimento da participação dos recursos do BNDES/Finame, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a forte queda dos recursos provenientes da caderneta de poupança rural, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Crédito Rural, por fonte de recursos – 1985/2000



Fonte: ALVES, 2003, p. 41.

Atualmente, o crédito rural no Brasil é regido pelo Manual de Crédito Rural (MCR), onde descreve as regras, finalidades e condições do crédito, este elaborado pelo Banco Central do Brasil. Estas normas devem ser cumpridas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Disponibiliza crédito de custeio, investimento e comercialização. A oferta de linhas de créditos para investimentos conta com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE (BRASIL, 2015).

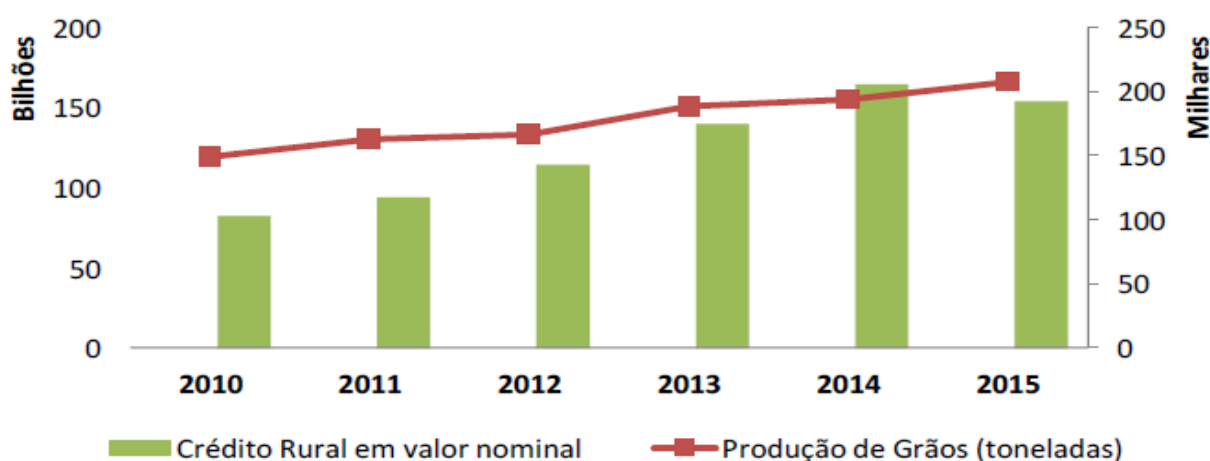
Em 2002, esta fonte de recursos era formada por 25% dos depósitos à vista dos bancos públicos e privados com atuação no Brasil, percentual que tem se alterado nos últimos anos. Estes recursos devem ser aplicados pelos bancos em crédito rural com os encargos definidos pelo CMN, cabendo aos bancos todos os custos e riscos destas operações. Caso não desejem realizar estes tipos de operações, os bancos podem repassar os recursos ao Bacen na forma de recolhimento compulsório, o que tende a ocorrer com bancos com pouca ou nenhuma participação no meio rural.

Os bancos têm uma grande autonomia para escolher os agricultores e as modalidades de financiamentos a serem contemplados com os créditos desta fonte, desde que respeitem as

taxas de juros e os limites máximos por cultura e por produtor definidos pelo CMN. A única restrição, adotada em 2002 através da Resolução 2.996 do CMN, estabelece um limite mínimo de 20% para aplicação dos recursos obrigatórios em créditos com valor de até R\$ 60 mil, incluindo o Pronaf. Sendo assim, a cada ano, os valores limites de financiamento por atividade é variável para custeio e comercialização por atividade e produtor, estabelecidos em cada Plano Safra.

A figura 3 retrata a variação do crédito rural anualizada (independentemente do plano de crédito), acompanhada do crescente movimento da curva da produção de grãos. A correlação entre as duas variáveis dá-se em 94% evidenciando forte concomitância entre crédito rural e produção de grãos.

Figura 3 - Evolução do crédito agrícola e da produção de grãos – 2010 a 2015



Fonte: CEPEA ESALQ/USP. Em Alves.

Segundo IBGE, o ano de 2010 apresentou aumento de 10% no volume de recursos do crédito rural em comparação com o ano de 2009, e a produção de grãos teve acréscimo de 7% relativamente comparado a 2009. Esse desempenho foi uma consequência do aumento na produção de trigo, soja, algodão, milho e feijão, todas essas culturas beneficiadas pelo aumento do uso de insumos agrícolas e dos investimentos em mecanização, bem como pelas condições climáticas favoráveis. Em 2011 houve aumento de 12% no montante de recursos de crédito agrícola; enquanto a produção de grãos teve acréscimo de 9% relativamente à produção de 2010.

Os recursos são destinados principalmente para custeio e comercialização (menor prazo das operações) e em operações com taxas de juros a 8,75% a.a, maior taxa permitida

com estes recursos. Entretanto, a partir de julho de 1998 foi introduzida a possibilidade de revisão dos encargos financeiros durante a vigência de operações de investimento, de modo a ajustá-la à taxa de juros que for estabelecida para as operações lastreadas em recursos controlados do crédito rural. Com isso, tem aumentado o volume dos recursos obrigatórios aplicados em crédito de investimento. Quando destinados a investimentos, o limite de crédito é de R\$ 60 mil por beneficiário/ano civil em todo o SNCR, independentemente dos créditos obtidos para outras finalidades (MAPA, 2002).

Os percentuais das fontes de recursos, no total de participação da aplicação do crédito rural, estão apresentados no quadro 2.

Quadro 2 – Participação das fontes de recursos no total da aplicação do crédito rural

ANOS	RECUROS OBRGATÓRIOS	POUPANÇA RURAL	FUNDOS CONSTITUCIONAIS	BNDES	RECURSOS LIVRES	FUNCAFÉ	OUTROS RECURSOS	TOTAL
2006	45,8	18,7	9,2	7,3	4,3	3,9	10,8	100
2007	55,5	17,9	7,6	4,6	3,8	3,2	7,4	100
2008	47,4	26	8,8	5,8	4,8	2,9	4,3	100
2009	48,3	26,1	7,3	7	4,2	2,2	4,9	100
2010	46,8	30,2	7,9	6,6	2	1,9	4,6	100
2011	47,3	30,8	7,6	6,8	2,8	1,6	3,1	100
2012	34	31,8	8,5	9,9	4,4	1,6	9,8	100
2013	39,7	32,4	7,4	11,3	3,1	1,5	4,6	100
2014	38,3	38,6	6,5	10,4	3,6	1,6	1	100
2015	32,7	37,4	7,1	10,2	7,2	1,5	3,9	100
2016	29,5	32,4	7,2	10,5	4,5	1,8	14,1	100
2017	26,7	35,8	7,8	9,3	10,6	1,5	8,3	100

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural/Bacen Plano Safra 2017/18.

Algumas destas origens de recursos são subsidiadas pelo governo como forma de incentivo à produção agrícola e de alimentos. Vale verificar que os recursos obrigatórios estão numa tendência de redução, enquanto a poupança rural está aumentando os valores aplicando nos créditos rurais, uma vez obrigatórios nas instituições financeiras.

Para manter-se no campo o crédito é essencial, mas também percebemos a necessidade de financiar o plantio assegurado, sendo a garantia para cumprir com as obrigações financeiras em caso de alguma eventualidade (alguma intempérie) na produção agrícola, que depende essencialmente da colaboração climática.

1.3 MODALIDADES DOS FINANCIAMENTOS RURAIS

O Crédito Rural abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

O produtor pode pleitear as três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica. As cooperativas rurais também são beneficiárias naturais do sistema. Ano a ano o governo Federal tem alocado cada vez mais recursos para o crédito rural por meio do plano safra. A maior parte dos valores destina-se a créditos de custeio para cobrir os gastos rotineiros com as atividades no campo.

No Brasil, o crédito rural se destina ao financiamento das atividades agrícolas custeando as despesas de cada ciclo produtivo, investimento de bens e serviços cujo aproveitamento se estende por vários ciclos produtivos, além da comercialização da produção.

Para os efeitos do artigo 11º do decreto 58380 de 1966 – o Regulamento de financiamentos rurais divide-se em:

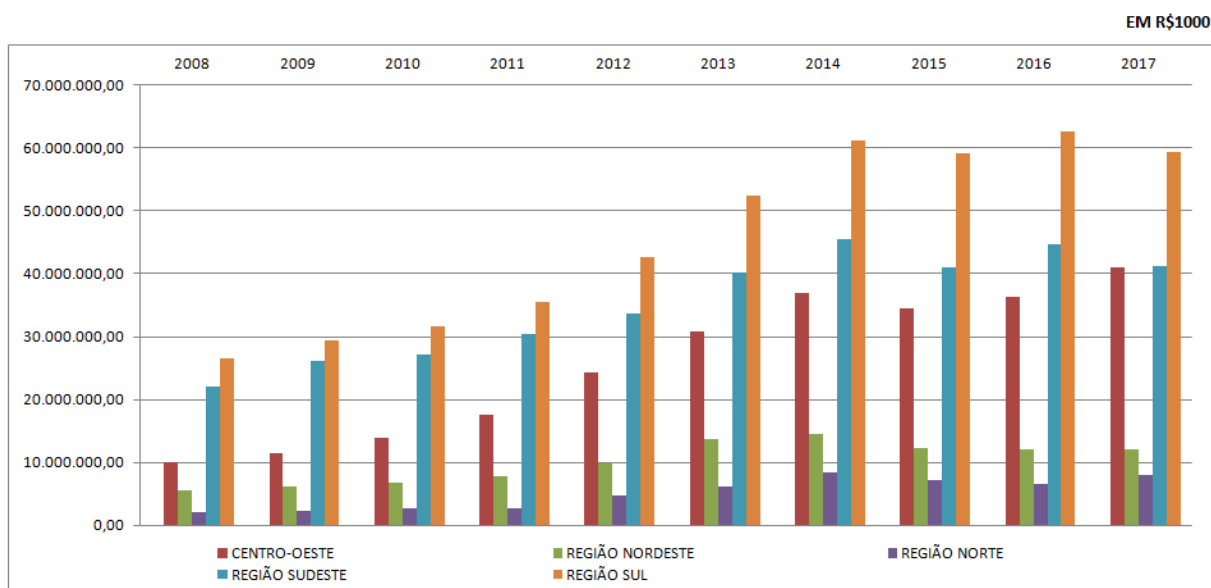
I – Custeio: Os financiamentos destinados ao suprimento de capital de trabalho para atender despesas habituais dos ciclos produtivos, como compra de insumos à fase de colheita das atividades: a) Agrícola – despesas normais do ciclo produtivo abrangendo todos os encargos; b) Pecuária – quando destinados a qualquer despesa normal de exploração; c) Industrialização ou beneficiamento – desde que a matéria-prima empregada seja de produção preponderantemente própria.

II – Investimentos: os destinados à formação de bens ou serviços duráveis cujos benefícios repercutem durante muitos anos, como: a) Capital fixo – inversões para a fundação de culturas permanentes; b) Capital semifixo – inversão para aquisição de animais de grande, médio e pequeno portes, destinados à criação, recriação, ou serviço.

III – Comercialização: destinados a facilitar aos produtores rurais, diretamente ou por meio de suas cooperativas, a colocação de suas safras, os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

No gráfico 1 apresentamos a distribuição regional de crédito das três modalidades nos últimos 10 anos, e percebemos a elevação dos valores concedidos e demonstrados onde os recursos são destinados. Percebe-se claramente que as regiões de maior produção também recebem a maior parte dos recursos destinados ao crédito.

Gráfico 1 - Total de Financiamentos Concedidos por Região - Custeio, Comercialização e Investimento Agrícola e Pecuário - Ano Civil



Fonte: BACEN, 2018

Podemos observar que as regiões Sul e Sudeste foram beneficiadas com maiores valores em todos os períodos, ainda com destaque ao SUL. Nestas regiões está localizada grande parte dos estabelecimentos rurais. Porém, a região Centro Oeste está em crescimento, sendo que em 2017, praticamente equilibrou os financiamentos com a região Sudeste, nos recursos recebidos. Ainda, percebe-se uma leve elevação nas demais regiões, como Norte e Nordeste.

No entanto, constata-se que o crédito rural não vem cumprindo sua função de equidade social, uma vez que as regiões mais beneficiadas são espaços econômicos tecnicamente mais densos e historicamente capitalizados. A política de crédito, por si só, não é capaz de inserir o agricultor familiar pobre no mercado, não conseguindo atualizar suficientemente para elevar o nível de sua produção, dada que as condições institucionais, políticas, culturais, climáticas e econômicas presentes no meio rural são heterogêneas e, muitas vezes, são “insensíveis” a uma política de crédito, sendo necessária uma articulação combinada de políticas públicas, a fim de modificar a realidade existente.

Assim, percebemos a disponibilidade de crédito rural, mas com destinos seletivos. A partir dos anos 90, com os movimentos sociais ligados à agricultura, exigindo políticas públicas e créditos subsidiados, inicia uma melhor distribuição dos recursos para a agricultura.

2- MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRONAF

2.1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura tem passado por profundas transformações de ordem econômica, cultural, social, tecnológica, ambiental e mercadológica que impactam o mundo rural. A implantação de máquinas e equipamentos juntamente com os defensivos, além do meio científico, modificou e ainda vem alterando a agricultura.

A população brasileira urbana no ano de 1940 era de 26,3%; sendo a rural 73,7%. Fenômenos como a industrialização e a modernização das atividades agrárias impulsionaram, a partir da década de 1950, o processo de urbanização nacional. O crescimento do êxodo rural resultou a partir da década de 1980, na inversão do quadro populacional: em 2010, 84,4% dos brasileiros viviam nas cidades e 15,6% residiam na área rural (IBGE, 2010).

No passado, o discurso era a ineficiência no campo que gerava problemas em todo o país. A falta de alimentos, alguns déficits foram inseridos com relação à agricultura e a situação do país. “O Brasil vivia um momento de forte industrialização, com cidades em crescimento, aumento da população e maior poder aquisitivo. O contexto era de escassez de alimentos” (EMBRAPA, 2018). O governo instituiu políticas específicas para aumentar a produção e as produtividades agrícolas, incluindo investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, extensão rural e crédito farto. Conforme a publicação de “a Trajetória da Agricultura Brasileira”, era o início do intenso processo de modernização que a agricultura brasileira experimentaria nas décadas seguintes (EMBRAPA, 2018).

Com inovações tecnológicas e transformações da relação capital x trabalho, a agricultura moderna teve uma propagação intensa no Brasil, alterando o modelo e as condições econômicas, e assim contribuindo para o aumento da produção agrícola no país.

Técnicas estas como a revolução verde, com a introdução de defensivos agrícolas para controle de plantas daninhas, inseticidas e fungicidas. A fase da revolução verde gerou vários debates e até hoje estão em pauta. O surgimento do Sistema de Semeadura Direto (SSD) ou Sistema de Plantio Direto (SPD) revolucionou nossa agricultura pelo seu propósito de sustentabilidade do solo, onde a partir da introdução do novo sistema no Estado do Paraná e como em vários outros, conseguiu-se diminuir os problemas com erosão e aumentar a produtividade das lavouras (PALUDO, 2015, p.6).

Para Paludo (2015), a agricultura de precisão (AP) surge para aperfeiçoar a utilização de insumos e defensivos agrícolas, consequentemente aumentando a rentabilidade do agricultor. Esta técnica visa homogeneizar as áreas da propriedade rural com a aplicação

correta de insumos com auxílio de um instrumento de navegação por satélite - GPS (Global Positioning System) e Mapas de produtividade, portanto necessita de alguns investimentos, como equipamento com sistema GPS, colheitadeiras com sistemas de confecção de mapas, equipamentos de aplicação de insumos com taxa variável, entre outros.

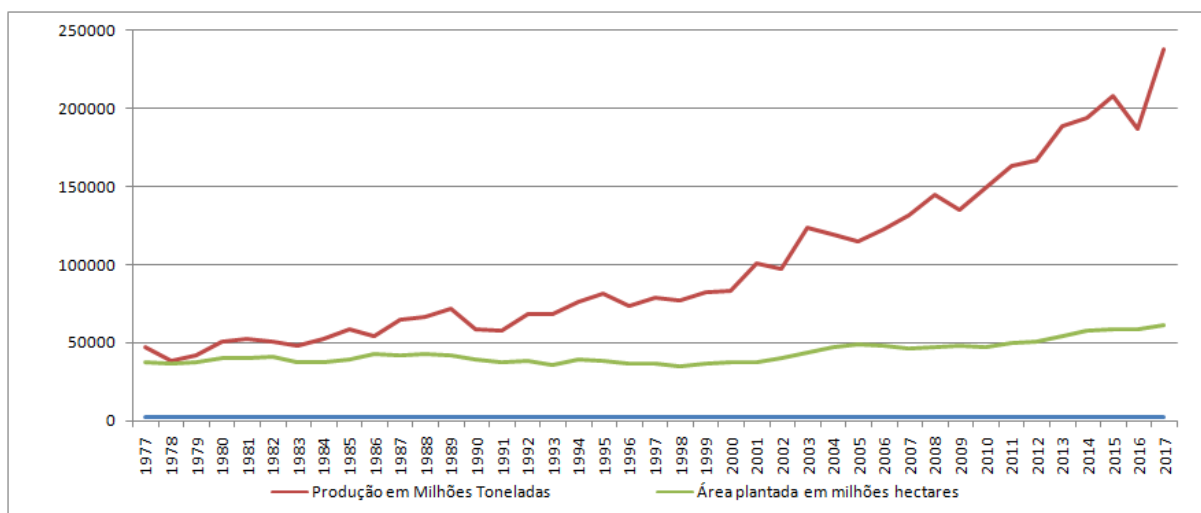
Assim, o uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a integração com a indústria, circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador (FERNANDES, 2001).

O Brasil está num estágio avançado de modernização da tecnificação agrícola. A agricultura brasileira alcançou um forte crescimento nas últimas três décadas. A produção agrícola mais do que dobrou em volume, comparada ao nível registrado em 1990. As exportações da agricultura e das indústrias agro alimentares totalizaram mais de US\$ 86 bilhões em 2013, sendo responsáveis por 36% do total das exportações. O Brasil é o segundo maior exportador agrícola mundial e o maior fornecedor de açúcar, suco de laranja e café. Em 2013 ultrapassou os Estados Unidos como o maior fornecedor de soja. É ainda um grande produtor de milho, arroz e carne bovina – cuja maior parte é consumida pelo mercado interno (OCDE/FAO, 2015).

Entre os indicadores mais ilustrativos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), as trajetórias recentes da agricultura brasileira estão os números de produção e os índices de produtividade. Entre 1977 e 2017, a produção de grãos, que era de 38 milhões de toneladas, cresceu mais de seis vezes, atingindo 236 milhões de toneladas, enquanto a área plantada apenas dobrou. No gráfico 2 é possível visualizar a evolução que demonstra esta explosão de produtividade.

Podemos concluir que se produz cada vez mais em menos espaço, um pouco pela determinação e esforço do produtor rural, pelos avanços tecnológicos e também pelo suporte da política agrícola nacional.

Gráfico 2 - Área plantada (em milhões de hectares) e a produção de grãos no Brasil (e milhões de toneladas)



Fonte: EMBRAPA, 2018.

Segundo a Embrapa, o maior crescimento da produção em comparação à área pode ser visto por meio da evolução do rendimento médio (quilos por hectare) das lavouras de arroz, feijão, milho, soja e trigo, no período de 1977 a 2017. Destaque para os aumentos de rendimento de 346% para o trigo, de 317% para o arroz e de 270% para o milho. Soja e feijão praticamente dobraram o rendimento no período analisado.

O Brasil possui uma área de 333.680 milhões hectares, destes, 225.368 milhões de hectares são de área agricultável e 108 milhão de mata nativa, condizendo com 5.175 milhões de estabelecimentos, sendo em média⁴ cada estabelecimento possui 64,47 hectares de área (IBGE 2015). A soja é a principal cultura de produção vegetal com 32.093 milhões de hectares semeados, produtividade de 2.999 kg/ha e produção histórica de 92.6 milhões de toneladas na safra 2014/2015, a commodities exportou 50 milhões de toneladas o que corresponde 54% da produção brasileira (CONAB, 2015).

Estamos entre as dez maiores economias mundiais, com um PIB de mais de US\$ 2 trilhões em 2013. Possuímos a quinta maior população (208 milhões – estimativa IBGE 2017) e a quinta maior área superficial. O PIB real per capita vem crescendo a uma média de aproximadamente 5% ao ano desde 1995, colocando o Brasil em uma posição de “renda média superior” (FAO, 2015).

A partir da década de 1990, demandas crescentes e políticas macroeconômicas de estabilização, como controle da inflação e taxas de câmbio mais realistas, impulsionaram ainda mais o crescimento do setor agrícola, que passou a ser o principal responsável pelo

⁴ Para informações com média, realmente precisamos alguns cuidados, pois nestes números estão presentes os grandes latifúndios e também a agricultura familiar.

superávit da balança comercial brasileira. Entre 1990 e 2017, o saldo da balança agrícola do país aumentou quase dez vezes, alcançando, neste último ano, US\$ 81,7 bilhões, valores que têm contribuído para o equilíbrio das contas externas do país (EMBRAPA, 2018).

Estas mudanças ocorridas nas atividades que caracterizam a agricultura modernizada, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações.

Uma das características do mundo atual são a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, lendo a procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. (SANTOS, 2006, p.274).

Atualmente, a política pública voltada ao crédito rural do governo brasileiro é disponibilizada por finalidade. No quadro 4 podemos acompanhar os três últimos planos safra (2016/17, 2017/18 e 2018/19) mostrando que estas linhas de créditos subsidiadas abaixo dos juros de mercado vem atraindo novos usuários de crédito rural.

Considerando o quadro quatro, percebe-se que a taxa de juros em todas as finalidades estão reduzindo, melhorando assim a viabilização de financiamentos e a busca para custeio, mas principalmente em investimentos, pois o prazo de amortização é bem maior. Analisando os percentuais abaixo, claramente mostram uma tendência de redução, e assim viabilizando os custeios e investimentos na agricultura e pecuária.

Estas taxas mostradas no quadro 3 são gerais, independente de enquadramento e tamanho da propriedade, mostrando assim que os juros estão abaixo do mercado, e observando ano a ano, com uma tendência de redução, atraindo cada vez mais usuários neste segmento, oportunizando o financiamento nas modalidades.

Quadro 3 – Programas com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Programas com recursos provenientes de fundos

Finalidade	Ano 2016/17	Ano 2017/18	Ano 2018/19
Custeio	Taxa de Juros (% a.a)		

PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural)	8,5	7,5	6,0
Demais Produtores	9,5	8,5	7,0
Investimentos	Taxa de Juros (% a.a)		
MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras)	8,5	7,5	7,5
PROGRAMA ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura)	8,50 e 8,0	7,5	6,0
PCA – Programa para Construção e Ampliação de Armazéns) Armazém até 6 mil t	8,5	6,5	6,0
INOVAGRO (Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária)	8,5	6,5	6,0
PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural)	8,5	7,5	6,0
MODERINFRA (Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem)	8,5	7,5	7,0
MODERAGRO (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais)	9,5	8,5	7,0
PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária)	9,5	8,5	7,0

Fonte: MCR - Plano-agrícola-e-pecuário. 2016/17, 2017/18 e 2018/19, organizado por Lauri Bender, 2018.

Para Abramovay 1999, a modernização da agricultura é vista como uma forma de atingir o crescimento econômico e apresentada como símbolo de progresso e de desenvolvimento. Assim, a modernização das atividades agrícolas, ao longo dos anos, visava somente produção e produtividade, sem levar em conta todas as questões sociais e ambientais advindas desse modelo. Os problemas da estrutura fundiária, como a concentração da terra e outras questões não foram levados em consideração. A implantação da reforma agrária não era projeto prioritário para o governo e muito menos pelo grande capital (ABRAMOVAY, 1999).

Sabemos que passado a ocupação das Terras dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estavam habitadas por população indígenas, caboclas, que além da extração da erva-mate, também produziam seus alimentos de subsistência em pequenas roças. A visão de poder do Estado não valorizou estes povos e não mostrava interesses na sua permanência neste território. E para introduzir novos povos nestas terras, atraídos por propagandas de solo fértil e terras produtivas, precisam de pessoas para demarcar este território, os chamados “pioneiros” e mais tarde “desbravadores”. Além de proteger o demarcado espaço, ocuparam o

lugar de outra maneira, retirando as florestas para atender os apelos na produção de alimentos. Mais adiante, em meados do século XX, com a colonização e vinda de europeus, este trabalho da extração de madeira foi intensificado e iniciado os aprimoramentos com mecanismos mecânicos para produção agrícola, devastando a natureza.

O “processo de colonização que se implantou no oeste do estado de Santa Catarina atraiu numerosa população do Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, majoritariamente agricultores” (PERTILE, 2008, p.73). Assim percebemos que a abrangência da CRESOL consolida-se a partir destes municípios que receberam esta população e mais adiante também se integra ao processo produtivo de parcerias e integração como alternativa de permanência.

Segundo Pertile (2008), no Brasil e no oeste catarinense não são diferentes. O conjunto de transformações estruturais, conhecida como a fase de “modernização da agricultura”, propõe integrar a agricultura no setor econômico, passando a fazer a dinâmica da produção industrial naquilo que ficou conhecido como “complexos agro-industriais” ou “agronegócios”. Com base nesses fatos, pode-se afirmar que a produção rural passou a se situar, economicamente, entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola.

A avicultura era uma atividade voltada para subsistência na primeira metade do século XX, mas rapidamente tornou-se uma sofisticada criação comercial. Entre 1950 e 1970, o setor foi radicalmente transformado pela entrada de empresas processadoras no mercado, que estabeleceram o modelo de integração vertical.

Neste formato, as empresas controlam e padronizam o processo produtivo, fornecendo pintinhos, insumos e assistência técnica aos criadores, que, por sua vez, conduzem o crescimento das aves até o abate. A modernização da produção levou a um aumento expressivo da produção de carne de frango.

A suinocultura também experimentou processo de intensificação semelhante à avicultura. Com a entrada de animais híbridos na década de 1970, o melhoramento genético de suínos teve um grande salto. Por conta de exigências do consumidor por uma carne com menos gordura, foram desenvolvidos suínos com mais massa muscular – especialmente em carnes nobres como o lombo e o pernil – e com menores teores de gorduras na carcaça. A evolução foi também evidente nas áreas de sanidade, manejo e instalações. O resultado foi um grande aumento de produção.

Para Santos, as grandes empresas agroindustriais são os agentes da hegemonia na organização do espaço, portanto, “só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios” (SANTOS, 1994, p. 53).

Uma das regiões de abrangência pela CRESOL é o Oeste catarinense, baseada principalmente na criação de suínos, aves e na produção de leite. Esta produção possui sua base nas pequenas unidades familiares que dispõem de força de trabalho, terras e de parte dos meios de produção. Contudo, são famílias integradas nas agroindústrias e encontram-se inseridos e subordinados pelo capital que, mediante a exploração econômica, em múltiplos momentos apropria-se do trabalho excedente (PERTILE, 2008). Apesar dos agricultores serem proprietários, não possuem total autonomia sobre as decisões tomadas em sua pequena propriedade.

A modernização da agricultura insere-se como parte integrante das relações cidade/região, produzindo vários efeitos sobre o mundo rural, envolvendo a rede urbana... O financiamento da agricultura constitui-se em uma fonte de drenagem via juros, de uma parcela de renda produzida no campo (CORRÊA, 2006, p. 34).

Portanto, é importante considerar que o setor primário necessita de recursos e segurança para que consiga sua continuidade e atualização técnica. A agricultura familiar deveria ser privilegiada com mais políticas públicas e assim acompanhar a evolução por meio de assistência técnica, formação dos seus agentes e outros incentivos que contribuam para a sucessão familiar neste segmento.

2.2 - A AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA PRONAF⁵

Na década de 1970, houve um esvaziamento do campo pela tecnificação e, modernização das atividades rurais e a oferta de empregos nas indústrias aumentaram a migração para o meio urbano em busca de melhores condições de vida, até foi uma forma de diminuir a pobreza, mesmo que não mudasse em muito a situação da distribuição da renda. Muitos em busca de trabalho e remuneração.

O êxodo rural também estava presente, pois teve casos que as terras foram hipotecadas em função do crédito rural, ainda pagando o financiamento do investimento da terra e uma

⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A principal política pública de manutenção da agricultura familiar onde grande parte dos recursos são operacionalizados pelo sistema CRESOL, contribuindo no emprego e renda da população do campo.

colheita falhando atrapalhava o orçamento e as terras eram perdidas aos credores da dívida. Outros, por ter suas terras divididas, não restando o suficiente para todos os familiares produzir e viver uma vida digna, mudam-se para ser trabalhador urbano devido a falta de oportunidades de emprego no campo. E assim tornando problemas públicos, cuja solução requer a intervenção ou a regulação do Estado.

A partir da década de 1980, muda-se a perspectiva quando se esgotam "os mecanismos de crescimento rápido e bloqueia-se a mobilidade que assegurava a incorporação de massas crescentes de trabalhadores", segundo Pacheco citado por Abramovay (1999, p.7).

O conceito da utilização da nomenclatura de agricultura familiar no Brasil remete a década de 1990, quando inúmeros estudos buscaram quantificar e aferir a participação deste segmento na produção nacional. A agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira, e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, além de apresentar-se como o segmento que mais cresceu durante a década de 1990, aproximadamente 3,8% ao ano num período que os preços caíram 4,7% ao ano (TOSCANO, 2005).

Além do capital físico e econômico, a agricultura familiar proporciona a possibilidade de manter mais famílias trabalhando no campo com uma quantidade menor de capital financeiro e conseqüente, ampliação dos estoques de capital social, delineados em formas de associativismo, e formação de cooperativas que incentivem a produção, o beneficiamento e comercialização de produtos, resgatados da cultura local.

Tendo em vista que as cidades não mais absorvem toda massa que abandona o campo e que o sistema de grandes propriedades rurais não gera empregos suficientes para absorver a mão de obra rural, é importante o incentivo a agricultura familiar. Esse incentivo não deve vir apenas do governo, mas sim de todos, desde os agentes bancários através de empréstimos com taxas menores até o mercado consumidor (ABRAMOVAY, 1999).

Mesmo sabendo que o termo Agricultura Familiar é recente no Brasil, podemos dizer, pela conjuntura brasileira, uma possível redução nos estabelecimentos, mesmo com as políticas públicas vigentes, pois inúmeras pessoas do segmento, uma vez com restrições cadastrais, o acesso ao crédito fica dificultado, acabando por desistir da atividade.

No Brasil, são muitos ainda os que esperam o momento em que as pequenas propriedades familiares tenham finalmente se esvaziado pela migração para os centros urbanos e restam no campo alguns poucos proprietários de vastas áreas de agricultura moderna e seus poucos peões. Apesar da concentração das terras ter ocorrido muito intensamente na região Sul, e em todo o Brasil, é ingênuo pensarmos que a pequena propriedade familiar estaria em vias de extinção; ao contrário, ela

busca exaustivamente alternativas de renda econômica e de melhor qualidade de vida no campo (ALBA, 2008, p. 126).

Nesse contexto, observa-se que a população rural deixa de migrar para cidade e tenta se manter no campo. Porém, essa população não consegue emprego na agricultura do tipo patronal, pois essa absorve pouco da mão de obra existente. Nessa direção, a agricultura familiar torna-se importante como fator de geração de renda e empregos para os pequenos agricultores que não possuem muitas oportunidades. É uma das formas de reter a população mais pobre no meio rural e elevar seu nível de renda. Além disso, a agricultura familiar é hoje o segmento agrícola que mais detém propriedades e o que recebe menos investimentos por parte do governo (INCRA, 2000).

Os agricultores familiares representam, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura” (INCRA 2005, p.2).

Os seres humanos são parte do espaço geográfico, do seu lugar, do seu cotidiano, trocando e catalisando experiências. É assim que temos que pensar a agricultura familiar. Ao utilizar a mão de obra familiar une as famílias e as suas relações construídas no espaço e a vivências em comunidades diferenciam estas pessoas que escolhem viver produzindo, inclusive muitos dos seus próprios alimentos. Estas escolhas também devem ser valorizadas, pois se pensarmos em alternativas, esta é uma forma diferente de trabalhar para viver a vida.

A agricultura familiar tem sido tema de debate de muitos pesquisadores brasileiros nos mais diversos campos da ciência. Na Geografia, os estudos enfatizam a identificação e a análise dos processos desenvolvidos pelos agentes que interagem na construção do espaço agrário do país. Dentre esses agentes estão às médias e grandes empresas e os pequenos proprietários rurais que constituem a agricultura familiar (ALBA 2008, p. 48,49).

Sabendo destes dados, a população envolvida neste importante segmento agrícola recebe pouco investimento comparando o total de propriedades. A necessidade de manutenção das pessoas no campo é importante para que tenhamos a continuidade e a sucessão do saber fazer, mesmo atualmente integrados com o meio técnico-científico-informacional.

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER E NIEDERLE 2008, p 25).

A seguir, mostramos o enquadramento da Lei 11.326/2006 (Lei Ordinária) de 24/07/2006, em seu artigo terceiro, em que vemos que os Agricultores familiares e empreendedor familiar

rural é aquele que pratica atividades econômicas no meio rural, atendendo simultaneamente alguns requisitos:

I - Não possuir propriedade rural maior que **quatro** módulos fiscais; (em Chapecó -1 módulo 20 ha);

II - Utilizar predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III –Tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividade econômica do seu estabelecimento;

IV - Dirija o estabelecimento agrícola com sua família.

E para que o estabelecimento rural sobreviva, muitas vezes a pluriatividade se estabelece como uma prática social que visa garantir a produção das famílias de agricultores, apresentando-se como uma fonte alternativa de renda. Neste sentido, procuram diversificar para quando algum tipo não tiver resultado, outra atividade contribui para a sua continuidade e resultados.

2.2.1 Perfil da agricultura familiar no Brasil

Os números sobre a agricultura familiar no Brasil são relativamente bem conhecidos. Trata-se de uma categoria social que tem grande representação na agricultura brasileira. Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE⁶ mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco mais de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advêm deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%), conforme figura 4 (IBGE, 2006).

⁶ Censo Agropecuário do IBGE, 2006. Os primeiros resultados do Censo Agropecuário de 2006 foram publicados em 30 de setembro de 2009 (levantados em 2007 tendo o ano base 2006).

Quadro 4 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006

Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de Estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões de Hectares)	80,3	24%	249,7	76%
Mão-de-obra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da Produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34%	80,5	66%

Fonte: FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V. (2009)

“Não obstante o seu significado e relevância atual, e mesmo sua influência e projeção em outros países, a agricultura familiar como categoria política pode ser considerada um fato novo até mesmo no Brasil” (DELGADO, 2017, p. 89, apud MANZANAL E SCHNEIDER, 2011).

Para tanto, apresentar alternativas para ampliação dos investimentos na agricultura familiar, que gera a maior parte dos empregos rurais e promove distribuição de renda entre os atores sociais é essencial. Assim sendo, os pequenos agricultores que não possuem muitas oportunidades de emprego e renda nas cidades, podem garantir na pequena propriedade a sua alternativa.

O país com uma capacidade de produzir alimentos precisa se utilizar da distribuição da terra e renda para reduzir a desigualdade social. Neste sentido, manter a população no campo para que lá tenha sua vida e subsistência garantida a partir de incentivos na produção e valorização como pessoas importantes. Com isso as condições e qualidade de vida melhoram e garantem a alimentação para si e todos os brasileiros.

Assim, a comercialização dos produtos artesanais e a gestão dos negócios agrícolas podem contribuir com a inclusão social dos agricultores, criando condições para que estes permaneçam nas pequenas propriedades familiares, objetivando produção de alimentos e mesmo acompanhando as transformações tecnológicas da agricultura brasileira.

Portanto, é preciso (re) problematizar a diferenciação interna do amplo setor da agricultura familiar, não mais para marginalizar ou excluir alguns de seus tipos, mas para reconhecer suas particularidades e adequar as políticas públicas às suas demandas e necessidades, em todos os sentidos, para que esta população tenha a continuidade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, e também em outros países, as diferenças de poder podem ser verificadas pela ampla desigualdade social e econômica da população. A herança colonizadora que propiciou o acúmulo de ativos e terras, por pequenos grupos sociais, foi um dos fatores que mais contribuiu com os problemas sociais verificados atualmente. Pode-se dizer que a concentração de renda é decorrência também da concentração de poder e da terra, pois alguns pequenos grupos e um número reduzido de famílias tiveram o controle político do país. No entanto, para amenizar estas situações justificam-se a existência de políticas públicas.

Podem elas buscar a eficiência econômica, minimizar a pobreza, evitar a exclusão social e fomentar a igualdade social. Mas, sem dúvidas, trata-se de um conjunto de decisões que buscam orientar e manter o equilíbrio social, gerando mecanismos equilibradores ou não para modificar o atual panorama (SOBOTTKA 2006, p. 1).

“É possível afirmar que, no Brasil, há um relativo consenso sobre a importância da participação social, na gestão e monitoramento das políticas públicas. Isso porque a participação social pode contribuir com: o desenvolvimento local” (ABRAMOVAY, 2001).

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (PARANÁ, 2009).

No que concerne às políticas públicas para agricultura familiar no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF⁷), mesmo não contribuindo de forma igualitária representa a mais importante política econômica para esse segmento, juntamente com a política social de previdência rural.

2.3.1 - História do PRONAF

7 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A principal política pública de manutenção da agricultura familiar onde grande parte dos recursos são operacionalizados pelo sistema CRESOL, contribuindo no emprego e renda da população do campo.

O PRONAF é uma conquista dos agricultores familiares e suas organizações, e pode ser considerada a primeira linha de crédito destinada especificamente à agricultura familiar no Brasil.

Em 1994, depois de muita pressão dos agricultores familiares através de inúmeras mobilizações realizadas desde 1992, por diversos movimentos sociais, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e para o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). E mais adiante, entre 1992 e 1996, as pautas de reivindicações incluírem assistência técnica, infraestrutura, meio ambiente e tecnologia.

Em 1996, os recursos de crédito chegaram à agricultura de base familiar. Para os pequenos agricultores estavam limitados a R\$ 5 mil para custeio (inclui o financiamento de insumos, defensivos, fertilizantes, sementes, calagem e adubação para a sua lavoura), R\$ 15 mil para comercialização (garantia de preço mínimo) e R\$ 75 mil para investimento (estruturar a propriedade) e a iniciativa do governo de destinar recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador - FAT para financiar o PRONAF e do Fundo Extra Mercado - FAE, que são reservas financeiras de empresas estatais (GIMENES et. al. 2008, apud ARAÚJO 2008). As taxas de juros reduzidas chegando aos patamares de 2,5% no PRONAF.

Com a ampliação do crédito rural pelo governo federal entre os agricultores familiares, vale citar o estudo⁸ realizado em 2002, que mostra estagnação no número de beneficiários nas linhas de PRONAF Custeio. As limitações continuam praticamente as mesmas do período anterior, prejudicadas ainda mais pela crise econômica e falta de recursos orçamentários para atingir seu objetivo, além de restringir os serviços financeiros ao crédito agropecuário. Apesar dos avanços significativos, atingindo aproximadamente 750.000 agricultores familiares a cada ano, significando apenas 20%, (vinte por cento) dos estabelecimentos familiares. As linhas de PRONAF investimento têm beneficiado apenas 5 % (cinco por cento) dos estabelecimentos familiares, aproximadamente 185.000 contratos anuais (INCRA, 2018).

As principais dificuldades enfrentadas pelo governo, além das resultantes da falta de recursos orçamentários, é a baixa capilaridade do sistema bancário junto a este segmento da população (a grande maioria não tem acesso à conta corrente nos bancos), o alto custo cobrado pelos bancos públicos para operarem com o crédito rural (principalmente quando se

8 PERACI, Adoniram Sanches, BIANCHINI, Valter. **Limites e possibilidades dos fundos garantidores como instrumento de ampliar cobertura do crédito rural no Brasil – alguns casos do Sul brasileiro** – Seminário Internacional Limites e Possibilidades de Mecanismos de Garantia de Crédito Rural – A Experiência dos Países do Mercosul. Programa FIDA Mercosur, SAF / MDA, IE – Unicamp; 24, 25 e 26 de março de 2002. Pág.01.

trata de operações de pequeno valor) e a falta de garantias reais dos agricultores que demandam o crédito.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda ao/s agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (INCRA, 2018).

A política pública que o governo brasileiro disponibiliza modalidade Seguro Renda para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) - obrigatório nas operações de custeio agrícola na linha PRONAF, que já está incluso nos financiamentos liberados. Em linhas optativas para operações de custeio agrícola com recursos PRONAMP com a modalidade Proagro Tradicional, as alíquotas variam entre 2% a 4% sobre o valor de crédito, conforme seu enquadramento em sua respectiva linha de crédito.

Os governos, ao longo do tempo, criaram a estratégia para a produção agrícola, incorporada nos chamados “planos safra”, comumente divulgados no início do segundo semestre civil de cada ano.

Os planos safra trazem as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados à agricultura, como também, o montante de crédito a juros favorecidos a ser disponibilizado no ano safra, que depende da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional para ser viabilizado.

2.3.2 - Como acessar o crédito pela agricultura familiar via PRONAF

Para realizarem operações de crédito rural via PRONAF, é necessário ter a Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP. A família assentada ou pessoas aptas para estes financiamentos podem solicitar este documento indispensável nesta linha de crédito na Sala da Cidadania ou procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE), que no caso de Santa Catarina é a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

Assim, evitando que outras pessoas tenham acesso aos créditos subsidiados ao amparo do Pronaf, e com este documento ter a garantia da canalização correta dos recursos ao público alvo, não incorrendo em erros como existiram no passado, a exemplo de pessoas que possuem áreas de terra para sítios de lazer.

A DAP pode ser obtido gratuitamente nas entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o INCRA, os sindicatos e as associações de agricultores. É necessário levar CPF e um documento que comprove o uso da terra (TAU ou contrato de concessão de uso, por exemplo). Se for casado, o agricultor ou agricultora deverá apresentar a certidão de casamento e os documentos pessoais do cônjuge. O documento tem validade de seis anos a contar da data de sua emissão, com raras exceções.

Para solicitar o crédito o agricultor deve estar com o Cadastro de Pessoa Física - CPF regularizado e livre de dívidas. Os agricultores com dívidas devem renegociar antes seus débitos para depois acessar o crédito.

As informações dos beneficiários e as linhas de crédito do PRONAF podem ser encontradas no site⁹ do INCRA, e também estão detalhadas nos anexos deste trabalho.

Vivenciando a agricultura familiar diretamente por alguns anos, podemos contribuir com a realidade do campo, onde a produção de alimentos acontece. Sabemos que para chegar à mesa, o circuito de produção é longo e depende de vários fatores, entre eles a disponibilidade da terra, fertilidade do solo, os serviços de manipulação do solo, lançar a semente e sua germinação, clima adequado, limpeza da erva daninha, o controle de pragas, o desenvolvimento do plantio, e enfim se o tempo colaborar, realizar a colheita.

E para que este ciclo aconteça, é indispensável a estrutura ou recursos para financiar todas as etapas de produção. Estamos falando das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, que tem a proximidade, que se identifica e interliga financiamento da agricultura familiar, de forma que seja assegurada a produção com um seguro agrícola, percebendo assim um pilar de segurança na atividade rural, para suportar alguns inconvenientes e se superar na coletividade.

3- COOPERARIVAS DE CRÉDITO E A CONSTITUIÇÃO SISTEMA CRESOL E ATUAÇÃO DA CRESOL/CENTRAL SC/RS

3.1 COOPERATIVA DE CRÉDITO

⁹ <http://saladacidadania.incra.gov.br/>. No anexo I apresentamos as informações dos beneficiários e o anexo II as linhas de crédito do PRONAF.

As cooperativas de crédito são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária.

Segundo Cardoso (2005), as cooperativas de crédito e agropecuárias brasileiras são de grande importância para a economia nacional. Além de participarem ativamente da organização e desenvolvimento da agricultura, as atividades destas cooperativas estão presentes no abastecimento do mercado interno e nas exportações, registrando expressiva representação na balança comercial brasileira.

Comparando as cooperativas de crédito, podemos perceber um diferencial na CRESOL, onde pela proximidade e identificação com o pequeno agricultor, faz acontecer a interligação do crédito rural e a agricultura familiar.

Segundo o Banco Central do Brasil – BCB, Cooperativa de crédito é uma instituição financeira constituída pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária (BACEN, 2018).

3.1.1 - Organização do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

Na Organização do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), as sociedades cooperativas são, de acordo com o artigo 6º da Lei 5.764/71, divididas em três graus: 1º Grau ou Cooperativas Singulares; 2º Grau ou Centrais e Federações e 3º Grau ou Confederações, segundo Menezes (2004, p. 58): “Esta gradação não contém nível de autoridade, mas área de atuação e de serviço a prestar”. Conforme o mesmo autor, os associados das cooperativas e o Cooperativismo, em seu todo, são os grandes beneficiários finais.

As cooperativas de crédito podem se organizar em sistemas de segundo nível (centrais) ou terceiro nível (confederações). Esses sistemas propiciam economia de escala, sob uma estrutura piramidal, em que as cooperativas singulares (primeiro grau) ocupam a base, as cooperativas centrais (segundo grau) ocupam a zona intermediária e a confederação (terceiro grau). No quadro 4, identifica e explica os três graus de cooperativas existentes no sistema cooperativo.

Quadro 5 - Formação das Cooperativas: Singulares, Centrais e Federações e Confederações

Associados	Os associados são a base e a razão de ser de toda a cooperativa e do Cooperativismo. A satisfação deles e de suas famílias é o objetivo final
Cooperativa Singular	Ou cooperativa de 1º grau. 20 associados é o número mínimo para se formar uma cooperativa singular no Brasil. E tem objetivo prestar serviços diretos aos associados.
Cooperativa Central e Federações de Cooperativas	Cooperativas de 2º grau. Podem formar uma cooperativa central ou uma federação. Seu objetivo é organizar, em maior escala, os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares.
Confederação de Cooperativas	Cooperativa de 3º grau. Uma confederação é formada com o mínimo de 3 federações ou de 3 centrais de cooperativas. Possui personalidade jurídica própria. Com o objetivo de defender seus interesses, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Fonte: Menezes (2004), organizado por Lauri Bender.

As cooperativas têm seu grande capital nos seus associados. A cooperativa de crédito é uma instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade cooperativa, que tem por objeto a prestação de serviços de intermediação financeira aos associados, como concessão de crédito e captação de depósitos à vista e a prazo. Também podem ser disponibilizados serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros – sob convênio com instituições financeiras, instituições privadas e correspondentes – e outros, conforme regulamentação em vigor (BACEN, 2018).

Por meio da cooperativa de crédito, o cidadão tem a oportunidade de obter atendimento personalizado para suas necessidades. O resultado positivo da cooperativa é conhecido como sobra e é repartido entre os cooperados em proporção com as operações que cada associado realiza com a cooperativa. Assim, os ganhos voltam para a comunidade dos cooperados. No entanto, assim como partilha das sobras, o cooperado está sujeito a participar do rateio de eventuais perdas, em ambos os casos na proporção dos serviços usufruídos.

Como proteção, os depósitos em cooperativas de crédito têm o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse fundo garante os depósitos e os créditos mantidos

nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições.

A educação é essencial a todos os tipos de cooperativas, sendo fundamental que o movimento invista na promoção da imagem cooperativa e informe o mundo sobre a diferença cooperativa, baseada nos valores do cooperativismo, tendo como impacto benéfico o de servir seus membros e a comunidade em que opera. (CORRÊA 2000, p. 19).

Segundo Corrêa (2000), o cooperativismo também busca a competitividade e satisfação dos cooperados para garantir a sua sobrevivência. A Doutrina Cooperativista precisa de adaptações devido às grandes transformações como introdução de novas tecnologias, informação e globalização. Por isso, a educação cooperativista é essencial ao movimento.

3.1.2 – Fortalecimento das Cooperativas e Constituição de 1988

A seguir, vamos apresentar as matérias que versam sobre o cooperativismo, cabe destacar algumas da nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 146 – Cabe à lei complementar: (...) III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: (...) c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Art. 174 – Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (...) § 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 187 – A política agrícola será planejada e executada, na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: (...) VI – o cooperativismo.

Art. 192 – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre: (...) VIII – o funcionamento das cooperativas de

crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

A Constituição Federal de 1988 faz referência a sociedades cooperativas em alguns de seus artigos, porém de uma forma bastante genérica, mais marcando uma posição favorável ao associativismo do que, efetivamente, estabelecendo regras ou princípios.

Segundo Alves, ao contrário das Constituições anteriores, que não faziam menção às cooperativas, a atual fortaleceu o cooperativismo. Este amparo legal foi indispensável para o fortalecimento deste tipo de associações.

3.1.3 Diferenças de cooperativas de Crédito - CRESOL, SICOOB e SICREDI

Nas informações oficiais das instituições da missão, visão, princípios e valores demonstrados no quadro a seguir, já podemos diferenciar o que cada cooperativa de crédito prioriza em sua gênese corporativa.

Quadro 6 - Comparativo das Cooperativas de Crédito

	CRESOL	SICOOB	SICREDI
Missão	Nossa missão é fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativa através do crédito orientado	"Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio	Como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer

	e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento sustentável.	do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades".	soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.
Visão	Ser referência no desenvolvimento local por meio do cooperativismo de crédito solidário, crescendo com foco na Agricultura Familiar, mantendo nossos diferenciais a partir do princípio da democracia, da profissionalização e do crédito orientado, para que possamos atender a todas as necessidades financeiras e de serviços dos associados. Oferecer um modelo de gestão eficiente gerando inclusão financeira e resultado aos Cooperados e às cooperativas de forma solidária e sustentável.	"Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados".	O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa que promove o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde atua.
Princípios s/ Valores	Princípios <ul style="list-style-type: none"> • Democracia; • Articulação com os movimentos populares; • Gestão pelos agricultores familiares • Transparência; • Solidariedade e cooperação; • Sustentabilidade Institucional; • Descentralização; • Honestidade. 	Valores <ul style="list-style-type: none"> • Transparência, • Comprometimento, • Respeito, • Ética, • Solidariedade, • Responsabilidade. 	Valores <p>Preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio. Respeito à individualidade do associado. Valorização e desenvolvimento das pessoas. Preservação da instituição como sistema. Respeito às normas oficiais e internas. Eficácia e transparência na gestão.</p>

Fonte: *sites* da CRESOL CENTRAL¹⁰; SICOOB¹¹ e SICREDI¹².

Percebem-se claramente as diferenças: enquanto a Cresol tem **Missão** de crédito orientado e educação financeira, solidário e com a construção do conhecimento, as demais falam em soluções financeiras aos associados em sua missão.

Na **Visão** das cooperativas de crédito SICOOB e SICREDI destacam a propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados. No entanto a CRESOL tem uma visão de desenvolvimento local por meio do cooperativismo de crédito solidário, crescendo com foco na Agricultura Familiar, mantendo diferenciais a partir do princípio da democracia, da profissionalização e do crédito orientado, atendendo a todas as necessidades financeiras num modelo de gestão eficiente gerando inclusão financeira. Neste sentido, os fornecedores de

10 CRESOL CENTRAL = <https://www.cresolcentral.com.br/sistema-cresol-central>. Acesso: 05 nov. 2018.

11 SICOOB= <http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/missao-visao-e-valores>. Acesso: 06 nov. 2018.

12 SICREDI= <https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/cooperativismo/>. Acesso: 06 nov. 2018

crédito são importantes agentes, porém não produzem, mas estão na estrutura para intermediar e lucrar sobre o capital produtivo.

3.2 - A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA CRESOL

O sistema CRESOL¹³ está constituído há mais de duas décadas. Em meados dos anos 90, muitas atividades envolviam lideranças de agricultores, visando debater a ampliação do crédito, promovendo inclusive manifestações. Com a intensificação e força dos movimentos sociais rurais vinculados à agricultura familiar, Sindicalismo, Associativismo, Reforma Agrária, ONG's, Fundos de Crédito Rotativo, entre outros, reivindicando acesso a financiamento resultaram em algumas políticas públicas, sendo a principal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF¹⁴. Esta política busca o apoio e o combate de desigualdade social e o acesso ao crédito rural como política pública de desenvolvimento do setor agrícola, possibilitando subsídios e viabilizando atividades produtivas, além de incremento da produção de alimentos, maior ocupação e empregos no meio rural e, conseqüentemente, geração de renda.

O Sistema Cresol também é resultado da organização das mobilizações de muitas famílias agricultoras que buscavam por acesso ao crédito, visando fortalecer seus projetos. Para operar os créditos com proximidade do homem do campo, constituem-se as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, que teve seu marco em 1995, há 23 anos. Portanto, após muitas reuniões e encontros, a primeira cooperativa do modelo CRESOL foi Constituída no Sudoeste do Paraná, Município de Dois Vizinhos. Ainda naquele ano, mais quatro cooperativas são formadas: Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras dos Sul e Capanema, todos no Paraná.

Com cinco cooperativas em funcionamento, optou-se pela criação de uma cooperativa Central de serviços denominada Base Central de Serviços (Baser), para fazer a coordenação do processo, dar suporte às Singulares nas áreas de formação, normatização, contabilidade e informática, e também para efetuar a interlocução com outras organizações, como bancos, governos e outras entidades da sociedade civil. (MAGRI, 2018, p. 12)

13. O sistema CRESOL é constituído por três centrais: A Central Cresol BASER (PR), desde 1995; A Cresol Central SC/RS constituída em 2004 (desmembrada da demais por uma política adotada, sediada em Chapecó – SC e objeto deste estudo) e já em 2014 a constituição da Central Cresol Sicoper (RS e SC).

14 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A principal política pública de manutenção da agricultura familiar onde grande parte dos recursos são operacionalizados pelo sistema CRESOL, contribuindo no emprego e renda da população do campo.

Segundo Magri (2018), foi a partir dessas estruturas que se constituiu, oficialmente, em 10 de janeiro de 1996, o Sistema Cresol. Dessa data em diante, se percebeu um forte incremento do número de cooperativas de crédito, sobretudo nas regiões Sudoeste, Centro-Oeste e Oeste do Paraná.

Com a constituição das primeiras cooperativas evidencia-se que não bastava a preocupação apenas com o crédito, mas havia a necessidade da construção de estratégias que resultassem na ampliação do grau de organização e proporcionassem qualidade de vida às famílias dos agricultores e o seu meio social (MAGRI, 2018, p. 12).

Para Bittencourt, “o Sistema Cresol pretende ser muito mais do que simplesmente um instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores excluídos do sistema bancário”.

Nesta organização e com a vocação de atuar em prol da agricultura familiar e articulado com outras entidades, o sistema alcança outros Estados. Em 1998, são constituídas as primeiras cooperativas em Santa Catarina (SC) e Rio grande do Sul (RS). E a partir disso, inicia-se então a discussão da criação de três Bases Regionais.

Para Magri (2018), o acelerado crescimento do Sistema para os Estados de SC e RS no ano de 2004, foi constituir a segunda Central de crédito, a Cresol Central SC/RS, com sede em Chapecó, SC. Em 2014, com a expansão, ocorreu a terceira Central do sistema Cresol, sediada em Passo Fundo, denominada Central Cresol Sicoper.

Segundo relatório da CRESOL, procurar manter a identidade e ter o objetivo de atender as entidades constituintes, oferecendo ao seu público além de serviços financeiros, crédito, inclusão social e financeira com sustentabilidade institucional, é um grande diferencial. A necessidade de melhorias nas condições do crédito rural para a Agricultura Familiar e o fortalecimento da proximidade das pessoas da pequena agricultura é essencial. Com a missão de promover a inclusão social dos seus associados e da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local (CRESOL, 2018).

Atualmente o Sistema Cresol, o qual está organizado em torno da Cresol Confederação, que possui quatro Centrais filiadas (Cresol Cresol Baser – Francisco Beltrão, PR, Central Cresol Sicoper – Passo Fundo, RS, Central Cresol SC/RS - Chapecó, SC, e ASCOOB – Serrinha, BA, conta com 112 cooperativas e 398 pontos de atendimento, totalizando 510 pontos de atendimento distribuídos em 15 estados brasileiros. São mais de 470 mil associados, os quais movimentam mais de 5,8 bilhões de ativos. Trabalham, atualmente, mais de 3.500 pessoas entre diretores e funcionários (...) (MAGRI, 2018, p. 14).

Atualmente a CRESOL aponta entre o Sistema Cooperativo, a nível Nacional e Internacional em Crédito Solidário, sendo a maior cooperativa do Brasil, contando com mais de 200 mil famílias cooperadas em nove estados brasileiros.

Para Magri (2018), “Essa nova estratégia de crescimento do Sistema permitiu o incremento de expressivo volume de negócios, consolidando ainda mais o Sistema Cresol”.

A Central é formada por uma equipe especializada de profissionais, que além de oferecer suporte administrativo, financeiro e tecnológico às bases e singulares, realiza contatos políticos e sociais para proporcionar acessibilidade ao crédito. “As bases regionais de serviços oferecem suporte administrativo e contábil unificado; e as cooperativas singulares são o elo entre o agricultor e o acesso ao crédito e a serviços financeiros” (CRESOL, 2018).

3.3 - A CONSTITUIÇÃO DA CRESOL CENTRAL SC/RS

O Sistema Cresol registra um amplo processo de expansão com a criação de novas Cooperativas e Postos de Atendimento. Em 2004, como constituição da Cresol Central SC/RS, já com 34 cooperativas filiadas, 24 mil sócios e quatro Bases Regionais, sua missão é “fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores e cooperativa através do crédito orientado e da educação financeira com a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento sustentável”(CRESOL, 2018).

Em 2014, oito novas cooperativas localizadas no Nordeste brasileiro, abrangendo os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, voltadas para agricultores familiares, filiam-se ao Sistema Cresol Central, a partir do Projeto de Desenvolvimento de Microfinanças e Inclusão Produtiva para o Combate à Extrema Pobreza Rural em Territórios da Cidadania, uma parceria da Cresol Central SC/RS com o BNDES.

Além do nordeste, os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e juntamente com a parceira Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação (COOPERTEC), formam um Sistema sólido para o bom atendimento de seus associados. (CRESOL, 2018)

No princípio, a carteira de negócios da CRESOL estava resumida em um único produto – o PRONAF. Com decisões acertadas nas estratégias do Sistema Cresol, de ser uma alternativa, a cooperativa ampliou o leque de produtos e serviços, visando atender bem seus parceiros. E com a proximidade dos seus usuários, permite com que esta cooperativa identifique melhor a necessidade dos cooperados, e assim apresentar soluções financeiras adequadas a sua realidade.

O Sistema Cresol “se liga a um conjunto de outras organizações voltadas à promoção de uma agricultura respeitosa do meio ambiente, capaz de gerar renda com base em produtos diferenciados e de contribuir para o fortalecimento das unidades familiares de produção” (MAGRI, 2018, p. 12, Apud BITTENCOURT, 2006).

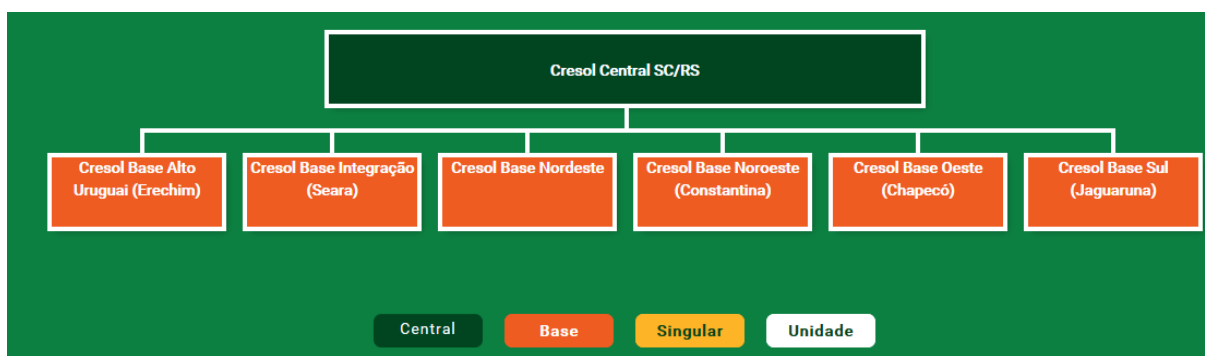
Assim, pode-se dizer que o sistema CRESOL pretende muito mais que ser um instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores. E segundo seu relatório da administração o propósito dos negócios na sociedade cooperativa é proporcionar retornos aos seus associados, otimizando o desenvolvimento econômico e social.

3.3.1 - Estrutura e abrangência da Cresol Central SC/RS

Com sede em Chapecó - Santa Catarina, a Cresol Central SC/RS possui atualmente 5 Bases Regionais, 30 cooperativas singulares afiliadas, 110 Postos de Atendimento (PA's) (abrange serviços em mais municípios para cobertura de proximidade local), composto de aproximadamente 873 Colaboradores e Diretores Liberados que oferecem atendimento a aproximadamente 500 municípios de pequeno e médio porte de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia - unidade Oliveira dos Brejinhos – BA (Fórum do Crédito Rural ¹⁵).

Na figura 5, destacamos como está organizado a Cresol Central SC/RS. Neste organograma podemos visualizar a distribuição das Bases Regionais, e logo abaixo temos a composição de cada uma com suas singulares e unidades (PAs).

Figura 5 - Organograma Cresol Central SC/RS

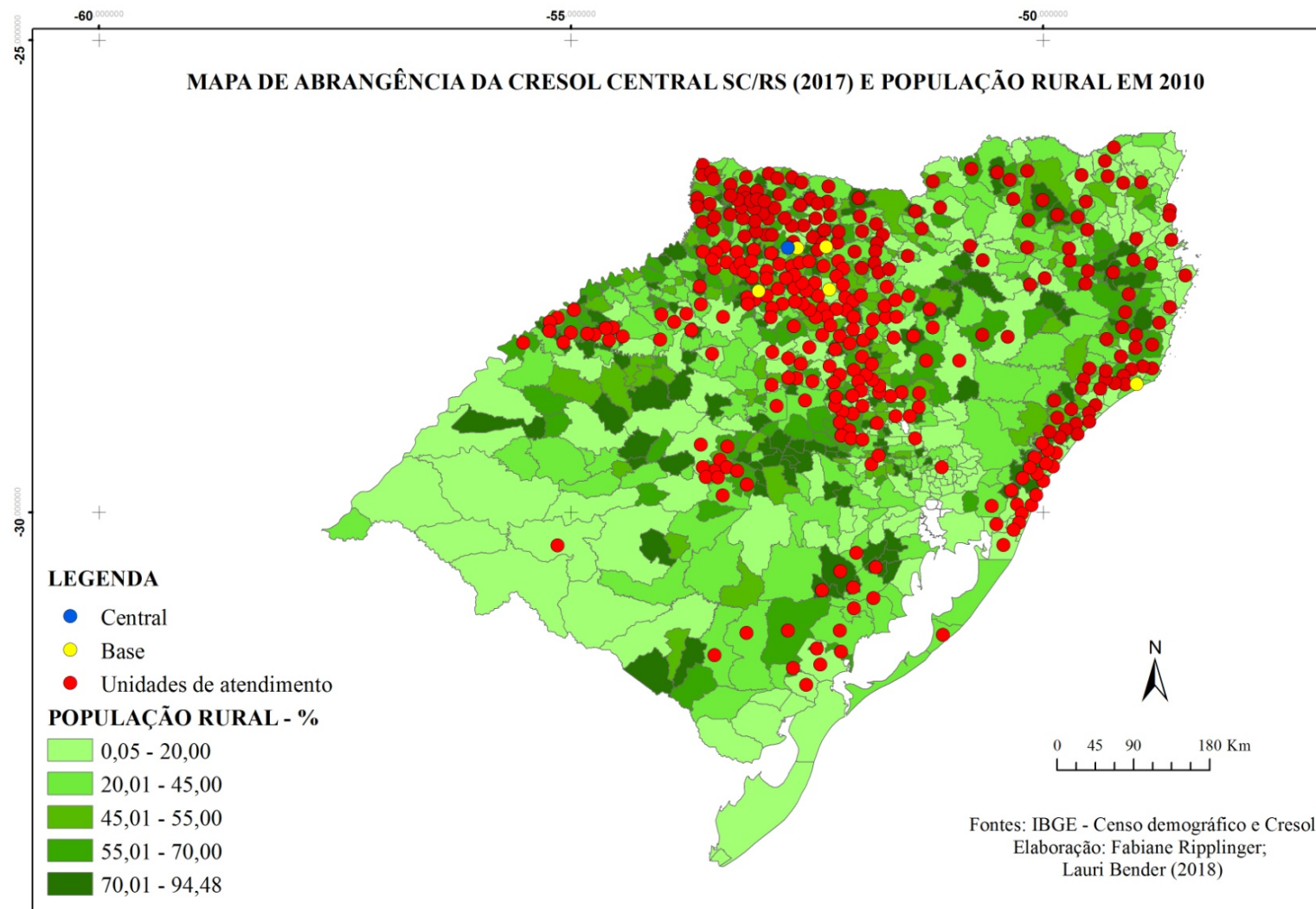


Fonte: CRESOL, 20018.

Para compreender melhor, o mapa permite visualizar a abrangência e a distribuição das cooperativas em Santa Catarina bem como fazer uma análise, principalmente da continuidade em algumas regiões, entre ambos os Estados.

¹⁵ Dados apresentados no Fórum do Crédito Rural realizado em 19/06/18 (informações consideram as posições consolidadas, com base nas cooperativas ativas em 31/12/17 da Cresol).

Mapa 1 - Abrangência da Cresol Central SC/RS e população rural de Santa Catarina e Rio Grande do Sul



Fonte: CRESOL CENTRAL SC/RS, 2017 E CENSO IBGE, 2010. Elaboração: Fabiane Ripplinger e Lauri Bender (2018).

Ao analisarmos o mapa, percebemos claramente algumas regiões de continuidade, uma grande relação entre a agricultura familiar e a presença da Cooperativa, que se intensifica no oeste e sul de Santa Catarina, Norte e Noroeste, e litoral Norte do Rio Grande do Sul, com maior dispersão na Região Serrana e menor abrangência na Região Norte de SC.

Percebe-se algumas regiões de continuidade, a exemplo do Oeste catarinense com a Região Norte e Noroeste do RS, que curiosamente são espaços em que as cooperativas presentes colaboram na reprodução do atual modelo da agricultura, com vinculações e formas de dependência continuada, sejam com integração ou parcerias com agroindústrias, como suinocultura e avicultura e produção leiteira, obedecendo a rigorosas normatizações, atuando inclusive no sistema e estrutura do agronegócio.

No Estado do Rio Grande do Sul, o mapa mostra a presença intensificada da CRESOL no litoral Norte, também mantendo a continuidade com o Sul de SC. Ocorre uma menor densidade na região Oeste, Centro e Sul do RS. A região de fronteira com a Argentina e Uruguai praticamente não tem cobertura da CRESOL CENTRAL SC/RS no Estado Gaúcho.

Em alguns municípios de ambos os Estados é o único agente financeiro e assim cumprindo com a inclusão no sistema bancário. Percebe-se a predominância da CRESOL em municípios com maior percentual de população rural.

Destacamos a sede da Cresol Central SC/RS em Chapecó - Santa Catarina, e suas Bases, sendo: Cresol Base Integração – em Seara; Cresol Base Oeste – em Chapecó; Cresol Base Sul – em Jaguaruna, cobrindo praticamente metade dos municípios do Estado com cooperativas singulares afiliadas e 110 Postos de Atendimento. No RS as Bases da cooperativa estão em Erechim - Cresol Base Alto Uruguai e em Constantina com a Cresol Base Noroeste.

Sabemos que tanto o Estado de Santa Catarina quanto o Rio Grande do Sul estão abrangidos pelas cooperativas da Cresol Central Sicoper com sede em Passo Fundo – RS e também a Cresol Central Baser, com sua sede em Francisco Beltrão- PR.

Na Área de abrangência no Nordeste, Central Base Nordeste atende agricultores familiares com créditos das Linhas Pronaf. Os itens financiados são: Animais (Cabra, Bovinos de leite e Corte, Frango de Corte, Suínos), formação de pastagens (serviços, sementes e cercado) e infraestrutura (curral e reservatórios de água). A seguir apresentamos o quadro com os municípios de atendimento na região Nordeste do país.

Quadro 7 - Municípios com atuação da Cresol Central SC/RS no Nordeste

COOPERATIVA	ESTADO	MUNICÍPIO
CRESOL OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BAHIA	TABOCAS DO BREJO VELHO, BREJOLANDIA, BAIANOPOLIS, SERRA DOURADA, SANTANA E SÃO DESIDERIO
CRESOL TRIUNFO	PERNAMBUCO	CALUMBI, FLORES, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, SERRA TALHADA, TRIUNFO
CRESOL BOM CONSELHO	PERNAMBUCO	BOM CONSELHO, BREJAO, PARANATAMA, SALOA, TEREZINHA
CRESOL ENCOSTAS DA SERRA GERAL	BAHIA	BAIANOPOLIS, BREJOLANDIA, SANTANA, SAO DESIDERIO, SERRA DOURADA, TABOCAS DO BREJO VELHO, CACULE, CAETITE, GUAJERU, IBIASSUCE, IGAPORA, JACARACI, LAGOA REAL, LICINIO DE ALMEIDA, MORTUGABA, PINDAI, RIACHO DE SANTANA E RIO DO ANTONIO.

Fonte: Cresol Central SC/RS, 2018.

Como a Cresol tem este compromisso de apresentar soluções financeiras adequadas à realidade dos cooperados, e sendo o instrumento de distribuição das políticas públicas, mesmo que alimentando a estrutura atual, vem atuando no crédito para a pequena agricultura em toda sua área de abrangência, financiando o custeio e infraestruturas para permanência no campo.

Analisando os dados apresentados no Fórum do Crédito Rural da Cresol, o quadro de associados está numa evolução acentuada, bem como os depósitos (captações) e seus ativos. Isto demonstra, de um modo geral, que a CRESOL está se consolidando na área de atuação.

Quadro 8 - Evolução de Associados, Depósitos e Ativos

Ano	Número de Associados	Depósitos (milhares de R\$)	Ativos(milhares de R\$)
2014	92.950	400.800,00	1.326.700,00
2015	107.530	461.800,00	1.269.600,00
2016	117.838	551.400,00	1.464.600,00
2017	129.916	655.900,00	1.560.600,00
Elevação o Base 2014	29%	39%	15%

Fonte: Fórum do Crédito Rural da Cresol Central SC/RS, 2018.

No quadro, os números que a Cresol Central SC/RS está alcançando demonstra um crescimento equilibrado ao longo dos últimos anos, tendo uma evolução positiva, administrando mais de 1,5 bilhões de ativos. No Quadro social temos um crescimento de 36.966 associados, representado 29% de elevação nos últimos quatro anos. Da mesma forma as captações, com crescimento de 39%, ou seja, R\$255 milhões de depósitos a mais que no ano de 2014. Os Ativos cresceram R\$233,9 milhões, num percentual de 15%.

Observando a lista de produtos e serviços oferecidos, incluem conta corrente, talão de cheques, depósito à vista, depósito a prazo cooperativo, cartão de crédito, empréstimos pessoais, microcrédito, seguros, recebimento de benefícios, pagamento de títulos e importantes programas aos agricultores familiares como o PRONAF, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), entre outros. Estes produtos e serviços estão disponibilizados aos seus associados, visando incentivar a permanência no campo, com o objetivo de melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

3.3.2 – Crédito para Agricultura Familiar e o Plano Safra

De acordo com o *site* das Cooperativas do Sistema Cresol Central SC/RS, todas as Bases realizaram o lançamento do Plano Safra 2018/2019 em 02/07/18 simultaneamente nas 30 Cooperativas do Sistema. Para a agricultura familiar, as taxas de juros ficaram entre 2,5% a 4,6% ao ano, sendo considerado um ano agrícola com boas perspectivas.

No Plano Safra, a cada ano, os valores limites de financiamento por atividade e produtor é variável, de acordo com os enquadramentos nas modalidades de custeio, investimento e comercialização.

No lançamento do Plano Safra, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), anunciou recursos na ordem de R\$ 31 bilhões para o ano agrícola.

Figura 6 - Foto lançamento do Plano Safra 2018/19 na Cresol Central SC/RS



Fonte: Cresol Central SC/RS. Lançamento do Plano Safra 2018/19 na Cresol Central SC/RS em 02/07/18.

Além disso, o diretor de Fomento a Negócios da Cresol Central SC/RS, comenta que uma grande conquista para as Centrais filiadas à Cresol Confederação foi a equalização de R\$ 900 milhões, via BNDES, para ser operado pelas Centrais, sendo R\$ 550 milhões com juros de 4,6% ao ano e mais R\$ 350 milhões com juros de 2,5% ao ano. “E pela primeira vez na história do Cooperativismo Cresol tivemos equalização de R\$ 100 milhões direto do tesouro para as Cooperativas, equalizando o recurso próprio, conquista essa que vai nos dar muito mais agilidade e autonomia”, destacou o diretor.

Conforme a SEAD, os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de

mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Os valores liberados de crédito rural pela Cresol Central na safra 2016/2017 foi de R\$ 333.435.157,47. Já na safra 2017/2018 foram liberados R\$ 374.719.549,68, um aumento de 12,4%. Nos créditos para custeio o destaque da safra anterior foram os bovinos de leite com valor de R\$ 75.662.140,03, seguida pela soja no valor de R\$ 69.202.416,66. Outros produtos em destaque são milho, trigo, bovinos para corte, leite, suínos, arroz, piscicultura e uva.

Quadro 9 - Valores liberados no custeio pela CRESOL na safra 2017/2018

CULTURA	VALOR (em R\$)
Bovinos para leite	75.662,140,03
Soja	69.202.416,66
Milho	44.708.458,70
Bovinos para Corte	17.249.974,09
Leite	6.658.857,23
Suínos	4.280.450,94
Arroz	4.019.128,75
Piscicultura	2.551.980,50
Uva	1.847.078,01

Fonte: Fórum do Crédito Rural da Cresol Central SC/RS, 2018.

Já no crédito rural para investimento, o destaque ficou em tratores no valor de R\$ 23.817.634,23. Seguido pela suinocultura, máquinas e implementos, depósito, galpão, paiol, estufa e instalação, bovinocultura de leite-matrizes, colheitadeiras; bovinocultura de corte – matrizes, avicultura, entre outros. Abaixo os números de crédito rural nos empreendimentos de Investimento.

Quadro 10 - Valores liberados de investimento pela CRESOL na safra 2017/2018

EMPREENHIMENTO	VALOR (em R\$)
Tratores nacionais	23.817.634,23

Suinocultura	14.948.623,01
Máquinas e implementos	11.456.464,15
Depósito galpão, paiol, estufa e instalação	10.852.949,92
Bovinocultura de leite-matrizes	9.789.203,93
Colheitadeiras nacionais	6.821.378,50
Bovinocultura de corte – matrizes;	5.214.005,50
Avicultura	2.548.699,73
Outras aplicações de investimento pecuário	2.274.800,00
Correção intensiva do solo	1.306.467,95

Fonte: Fórum do Crédito Rural da Cresol Central SC/RS, 2018.

Cada CPF pode financiar R\$330mil de investimentos, com prazo de 10 anos para pagar. A carência muda para cada atividade, mas pelo menos tem um ano. Sabe-se que quando é investimento, o prazo da obra pode variar. Então a exemplo da estrutura para criação de aves e suínos, sendo a taxa é de 4,6%. Em resfriadores e ordenhadeiras a taxa é de 2,5%.

Em 2016/17 a CRESOL CENTRAL SC RS realizou 17.265 operações, com um valor médio liberado de R\$19.312,78. Já na safra 2017/18 o número de operações foi de 17.895, com um valor médio liberado de R\$20.939,90.

3.3.3 Limites por Enquadramento do Plano Safra 2018/19

O enquadramento de renda mudou no novo Plano Safra. Antes poderiam financiar, pelo Pronaf, famílias que tivessem renda bruta nos últimos 12 meses até R\$ 360 mil. Agora aumentou para R\$ 415 mil. Já o limite para financiar no Pronaf Custeio manteve-se em R\$ 250 mil por agricultor.

A taxa de juros é de 2,5% ao ano para operações destinadas ao cultivo de feijão, arroz, trigo, mandioca, batata-doce, tomate, cebola, alho, laranja, banana, abacaxi, entre outros. Da mesma forma para operações que visem o cultivo em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos. A mesma taxa de juros é aplicada para operações destinadas a plantio de milho até o valor de R\$ 20 mil. Acima desse valor a taxa fica em 4,6 % ao ano, um pouco menor do que no ano anterior que era de 5,5%. O mesmo ocorreu para as operações destinadas à aquisição de animais designados a recria e engorda, que no novo ano agrícola será de 4,6%.

Já para o PRONAF Investimento foi mantido o limite de até R\$ 330 mil para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura e até R\$ 165

mil para os demais empreendimentos. A taxa de juros se manteve em 2,5% ao ano nos casos de investimento em adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais; formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal; construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras, entre outros.

No quadro 10 podemos observar cada linha de financiamento com definição de juros e limites financiados por enquadramento, comparando os dois últimos planos Safra.

Quadro 11 - Comparativo com taxas de juros e limites por enquadramento e plano safra

CRESOL CENTRAL	Safra 17/18	Safra 18/19
PRONAF		
Taxa de juros	2,5 % e 5,5%	2,5 % e 4,6%
DAP	RBA* R\$360 mil	RBA* R\$415 mil
Itens usados	R\$100 colheitadeiras e demais 50 mil	R\$165 colheitadeiras e demais 80 mil
PRONAMP		
Itens usados	7,5%	6,0%
Renda	RBA* até R\$1,76 milhões	RBA* até R\$2 milhões
Credito Geral		
Comprovação Fiscal	Notas fiscais 180 dias anterior a contratação	Notas fiscais 180 dias anterior a contratação

Fonte: Resolução do plano safra 2017/18 e 2018/19, organizado por Lauri Bender.

* Renda Bruta Anual

A taxa de juros do Pronaf Investimento para aquisição de caminhonete de carga destinada à atividade rural reduziu também de 5,5% para 4,6% ao ano. A novidade é a inclusão da possibilidade de financiar pelo Pronaf motocicleta destinada à atividade rural, com taxa também de 4,6% ao ano.

Outra conquista importante foi o aumento do valor para aquisição dos equipamentos usados. A aquisição de colheitadeiras usadas que tinha limite de R\$ 100 mil passou para R\$ 165 mil. Já para outros itens a exemplo do trator, de R\$ 50 mil aumentou para limite de R\$ 80 mil, considerado um aumento significativo e importante (CRESOL, 2018).

Em linhas optativas para operações de custeio agrícola com recursos PRONAMP com a modalidade Proagro Tradicional, as alíquotas variam entre 2% a 4% sobre o valor de

crédito, conforme seu enquadramento em sua respectiva linha de crédito. A modalidade Seguro Renda para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) - obrigatório, nas operações de custeio agrícola na linha PRONAF, que já está incluso nos financiamentos liberados. Por ano agrícola 2018/2019, o valor máximo por contrato de custeio é R\$165mil, para cada CPF.

O Pronaf Custeio da Cresol conta com o amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que tem por objetivo exonerar e indenizar o beneficiário do cumprimento de obrigações financeiras em caso de fenômenos naturais casual, como chuva excessiva, geada, granizo, seca, ventos fortes, ventos frios, variação excessiva de temperatura, doenças ou praga sem método difundido de controle, entre outras.

O Pronaf Custeio conta com o amparo do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), que permite conceder bônus de desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio, sempre que os preços de comercialização dos produtos financiados estiverem abaixo do preço de garantia vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CRESOL disponibiliza para agricultura familiar os créditos para incentivar a permanência no campo, auxiliando na distribuição dos recursos do Plano Safra para este segmento, financiando o custeio e infraestruturas com juros menos onerosos e créditos orientados aos agricultores, o que permite produzir com segurança, sempre objetivando melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Como agente financeiro, a CRESOL contribui no acesso ao crédito rural e na política pública de desenvolvimento do setor agrícola, fortalecendo e muitas vezes representando o segmento na busca de subsídios e viabilizando atividades produtivas, possibilitando mais linhas de crédito e assim incrementando a produção de alimentos, com maior ocupação e empregos no meio rural e, conseqüentemente, geração de renda e com garantias, assegurando as respectivas atividades.

Portanto, a CRESOL mostra a sua importância, a gênese e a vocação com a proximidade do homem do campo facilitam o entendimento da realidade e necessidade da busca de créditos. É uma instituição financeira completa e reconhecida pela agricultura familiar. Promove e catalisa, além da inclusão financeira, o desenvolvimento social em cada comunidade ou município em que está inserida, aproximando os cooperados com produtos e serviços financeiros, orientando para o bem estar e ser uma alternativa de continuidade no campo.

Contudo, os investimentos do PRONAF disponibilizados para a agricultura familiar, com menor capital financeiro, proporciona melhor qualidade de vida às famílias beneficiadas do campo, sempre contemplando mais agricultores na distribuição dos recursos. Por isso precisa ser incentivada, pois muitas cidades não absorvem mais toda a massa que deixa o campo e as grandes propriedades rurais não geram empregos suficientes para absorver a mão de obra rural.

Percebemos que as cooperativas presentes colaboram na reprodução do atual modelo da agricultura, com vinculações e formas de dependência necessárias para manutenção da subordinação continuada, seja com integração, produção leiteira ou parcerias com agroindústrias, obedecendo em acordos o cumprimento de rigorosa normatização. Assim poderemos em outro momento, abordar diferentes alternativas, que não sejam da matriz econômica já instalada.

Portanto, há de se considerar que a pesquisa possui algumas limitações, mesmo que a CRESOL operacionaliza o crédito rural, disponibilizando recursos para a atividade responsável pela segurança alimentar do país, a agricultura familiar tem como ponto a avaliar a questão sucessória. Contudo vale lembrar que outras pesquisas serão necessárias para compreender esta espacialidade para que tenhamos argumentos suficientes para responder a questão da sucessão familiar neste segmento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28, nºs, 1, 2,3, e 29, nº 1 – jan/dez 1998 e jan/dez 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Publicado em 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Gazeta Mercantil 15 de abril de 2001, p. A3.

AGUIAR, Felipe. Meira; **Teoria e Prática de Crédito Rural**. 1ª ed. Editora HERBA. São Paulo. 1977.

ALBA, Rosa Salete(org.). **Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense**. Argos, Chapecó, 2008. p. 173.

ALBA, Rosa Salete. **A implantação da rede bancária em Chapecó-SC e sua relação com a Dinâmica Urbana e Regional**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.8, n.16, jan./mar. De 2014. pp. 56-76.

ALBA, R. S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó** / Rosa Salete Alba. – 2. ed. – Chapecó: Argos, 2013, 201p.

ALVES, A. G. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE** - Histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Diretoria de Planejamento - Superintendência de Planejamento, 2003. 92 p.

ARACRI, Luis Angelo dos Santos. **Espaços e Circuitos Produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BUAINAIN, Antônio M. & SOUZA FILHO, Hildo M. (1998). **Procera: impactos produtivos e capacidade de pagamento**. Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA. Campinas/SP.

BALBINOTTO NETO, Giacomo. **As teorias da intermediação financeira**. FRGS/PPGE.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. CAMPINAS – SP. 2003.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Estudo de Sistemas Agrários nos Municípios Boa Ventura, PR e Quilombo, SC (2000)**. Projeto de Cooperação Técnica Incra/Fao – Região Sul.

CARDOSO, Priscila Regina. **Cooperativismo: análise das finalidades e da qualidade dos serviços de uma cooperativa médica em Florianópolis - SC**. 2005. 100 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço Geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. Sociedade & Natureza. Uberlândia. Volume 22, 2010. p. 461-474. (artigo)

CHESNAIS, François, **Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã 1996.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Hécio Carlos. **Proposta de criação de uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo para os Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina**. 2000. 67 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DICKMMANN, Ivo (Org.). **Cooperativismo e economia solidária: mapeamento de experiências**. Editora Ação Cultural, Chapecó, SC, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. 2001, Ed. Cortez, São Paulo.

FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96p

GIMENES. Régio. Marcio. Toesca; GIMENES. Fátima. Pegorini; GOZER. Isabel. Cristina. **Evolução do Crédito Rural no Brasil e o Papel das Cooperativas Agropecuárias no Financiamento dos Produtores Rurais**. UNIPAR. UMUARAMA – PR. 2008.

MANZANAL, M. e SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil** (análisis comparativo, 1990-2010). Buenos Aires/Argentina, revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios. Nº 34, 1º Semester 2011.

MARKUSEN Ann. **Mudança econômica e regional segundo o enfoque centrado no ator**. In: DINIS Clélio C; LEMOS Mauro B. Economia e Território. Editora da UFMG: Belo Horizonte, 2005.

MAZZALI, Leonel. **O Processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. Editora UNESP: São Paulo, 2000.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios**. Brasília: CONFEBRÁS, 2004.

NUNES, Rubens & NASSAR, André (2000). **Agricultura, Crédito e Securitização. In Descentralização, Autonomia e Geração de Renda Rural: Proposta para o Sistema Brasileiro de Crédito Rural**. DIAS, Guilherme L. e ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). Relatório Parcial I. pág. 09 a 39. FIPE - MDA. São Paulo/SP (mimeo).

PALUDO, Etileiver. **Crédito rural no Brasil comparado a evolução da Agricultura em suas principais fase** (revolução verde, sistema de plantio direto e agricultura de precisão). Unochapecó. Chapecó: 2015.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Território e agricultura no sudoeste da Amazônia: Campo não moderno e produção para o consumo local**. Mercator – Volume 9, n. 19, 2010. p. 47-64.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: O processo de Produção de Carnes no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2008. (tese de Doutorado em Geografia).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**.– Rio de Janeiro: 2000.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. S.P. Perseu Abrano, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª Ed. USP, São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora USP, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A Totalidade do Lugar**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAUCHUK, Valdemar; **Crédito Rural, Alavanca do Desenvolvimento**. 1 ed. Editora Ensino Renovado. Campos Novos – SC. 1981.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social**: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1.014.

SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade na início do século 21 – a história de um livro. ACTA Geografia, Boa Vista, Ed. Esp.2011. PP 151-163.

SOBOTTKA, Emil Albert. **Por que se faz política sociais no Brasil?** Notas sobre estratégias de Legitimação nos últimos dois governos federais. Porto Alegre, Civitas, v. 6, n. 1, jan-jun, 2006.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. (Dissertação de Mestrado), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

MARTINS, Alberto. André. Barreto; **Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil**. Revista Âmbito Jurídico. 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para juntar economia e ética, sociedade e natureza**. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>. Acesso em: 25 maio 2018.

AGRICULTURA, pecuária e abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>. Acesso em: 20 maio 2018.

ANUÁRIO Estatístico do Crédito Rural 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>. Acesso em: 07 jul. 2018.

ÁREA de abrangência. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/area-de-abrangencia>>. Acesso em: 20 maio 2018.

BANCO central do Brasil. **Cooperativismo de crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>. Acesso em: 20 maio 2018.

BANCO Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt>. Acesso em: 20 maio 2018.

BANCO Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br#SNCR/n/CREDRURAL>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CRÉDITO, desenvolvimento e inclusão social. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/nossa-historia>>. Acesso em: 09 maio 2018.

CRESOL – Relatório de gestão 2014. Disponível em: http://datasites.cresolcentral.com.br/cresolcentral/recursos/publicacao/1426081365936_Relatorio_de_Gestao_25022015_final.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

CRESOL: O maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil. Disponível em: http://www.cresol.com.br/site/conteudo_historia.php?id=1. Acesso em: 09 maio 2018.

CRESOL: O maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil. Disponível em: http://www.cresol.com.br/site/conteudo_historia.php?id=1. Acesso em: 09 maio 2018.

DECRETO Nº 58.380, DE 10 DE MAIO DE 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D58380. Acesso em: 07 jul. 2018.

DECRETO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D58380.htm. Acesso em: 06 nov. 2018.

ESTUDOS exploratórios. Disponível em: http://www.deser.org.br/pub_readRecord.asp?id=64. Acesso em: 07 maio 2018.

FILHO, Miguel. O espaço agropecuário brasileiro. Disponível em: <http://oespacobrasileiro.blogspot.com.br/2010/04/o-espaco-agropecuário-brasileiro.html>. Acesso em: 19 maio 2018

INCRA. Disponível em: <http://saladacidadania.incra.gov.br/>. Acesso em: 08 out. 2018.

LEI de Terras de 1850 no Brasil - o que foi, resumo, objetivos. Disponível em: https://www.historiadoBrasil.net/resumos/lei_terras.htm. Acesso em: 01 jun. 2018.

LEI nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil703/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 04 nov. 2018.

MARTINS, Alberto. **Crédito rural** – Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156. Acesso em: 15 maio 2018.

MINISTÉRIO da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e dados básicos de economia agrícola**. Disponível em: <agricola/estatisticas-e-dados-basicos-de-economia-agricola/PASTADEMARO18.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

PLANO safra Cresol. Disp. em: <http://www.cresolcentral.com.br/>. Acesso em: 06 maio 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

PROJEÇÕES do Agronegócio 2017/2018 - 2027/2028. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica>>. Acesso em: 20 maio 2018.

RELATÓRIOS DE GESTÃO. Disponível em: file:///C:/Users/Lauri/Desktop/relat%20cresol%20chapeco%202016%201426081365936_Relatorio_de_Gestao_25022015_final.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

SICOOB. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SICREDI. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/cooperativismo/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

TOSCACNO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

ANEXO I - BENEFICIÁRIOS DO PRONAF

Além dos agricultores familiares, são também beneficiários e devem ser identificados por Declarações de Aptidão ao Pronaf para realizarem operações de crédito:

I - Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

- II - Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;
- III - Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- IV - Aqüicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
- V - Quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos;
- VI - Indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos.

ANEXO II - LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF

- **Pronaf Custeio** - Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.

- **Pronaf Mais Alimentos - Investimento** - Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
- **Pronaf Agroindústria** - Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
- **Pronaf Agroecologia** - Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- **Pronaf Eco** - Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
- **Pronaf Floresta** - Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
- **Pronaf Semiárido** - Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
- **Pronaf Mulher** - Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
- **Pronaf Jovem** - Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
- **Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares** - Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
- **Pronaf Cota-Parte** - Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

- **Microcrédito Rural** - Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida.

Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.